

ÍNDICE

1 – APRESENTAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO.....	5
2 – IDENTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO.....	6
3 – ASPECTOS HISTÓRICOS DA ESCOLA	6
4 – ESPAÇO FÍSICO.....	8
5 – OFERTA DE CURSOS TURMAS.....	9
6 – CARACTERIZAÇÃO DE POPULAÇÃO-ALUNOS/PAIS; PROFESSORES/FUNCIÓNÁRIOS; EQUIPE DE DIREÇÃO (PEDAGOGOS E DIRETORES).....	9
6.1 – ALUNOS.....	9
6.2 – PAIS.....	10
6.3 – PROFESSORES.....	10
6.4 – FUNCIÓNÁRIOS.....	11
6.5 – EQUIPE DIRETIVA: DIRETOR E PEDAGOGOS.....	11
7 – OBJETIVOS.....	11
7.1 – OBJETIVO GERAL.....	11
7.2 – OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	12
MARCO SITUACIONAL.....	12
8 – DESCRIÇÃO DA REALIDADE BRASILEIRA, DO ESTADO, DO MUNICÍPIO E DA ESCOLA.....	12
8.1 – REALIDADE BRASILEIRA.....	12
8.2 – ESTADO.....	13
8.3 – MUNICÍPIO.....	14
8.4 – ESCOLA.....	14
9 – ANÁLISE DAS CONTRADIÇÕES E CONFLITOS PRESENTES NA PRÁTICA DOCENTE: REFLEXÃO TEÓRICO-PRÁTICA.....	15
MARCO CONCEITUAL.....	17
10 – CONCEPÇÕES.....	17
10.1 – SOCIEDADE.....	17
10.2 – HOMEM.....	18
10.3 – INFÂNCIA.....	18
10.4 – ADOLESCÊNCIA.....	20
10.5 – ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO.....	21
10.6 – EDUCAÇÃO.....	21
10.7 – CONHECIMENTO.....	22

10.8 – TECNOLOGIA.....	23
10.9 – ESCOLA.....	24
10.10 – ENSINO APRENDIZAGEM.....	25
10.11 – INCLUSÃO.....	26
10.12 – EDUCAÇÃO DO CAMPO.....	30
10.13 – HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA.....	32
10.14 – HISTÓRIA E CULTURA INDIGENA.....	34
10.15 – AVALIAÇÃO.....	35
11 – CRITÉRIOS DE ORGANIZAÇÃO INTERNA DA ESCOLA.....	39
11.1 – MODALIDADE DE ENSINO.....	39
11.4 – DESAFIOS EDUCACIONAIS CONTEMPORÂNEOS.....	39
11.5 – EDUCAÇÃO FISCAL.....	46
12 – PRINCÍPIOS DA GESTÃO DEMOCRÁTICA.....	46
12.1 – ACESSO E PERMANÊNCIA.....	47
12.2 – FORMAÇÃO CONTINUADA PARA EDUCADORES.....	48
12.3 – QUALIDADE DO ENSINO APRENDIZAGEM.....	49
13 – O CURRÍCULO DA ESCOLA PÚBLICA.....	50
14 – DINÂMICA DO CURRÍCULO.....	51
15 – REFLEXÃO SOBRE O TRABALHO PEDAGÓGICO.....	52
16 – TRABALHO COLETIVO.....	59
17 – PEDAGOGIA PROGRESSISTA.....	60
17.1 – O EDUCADOR PROGRESSISTA.....	64
PAPEL DA ESCOLA.....	67
CONTEÚDOS DE ENSINO.....	68
TÉCNICAS DE ENSINO.....	68
MÉTODO DE ENSINO.....	68
PASSOS DO MÉTODO.....	69
RELAÇÃO PROFESSOR-ALUNO.....	71
FUNÇÃO DA AVALIAÇÃO.....	71
REPRESENTANTES TEÓRICOS.....	71
PSICOLOGIA.....	72

MARCO OPERACIONAL.....	72
18 – REDIMENSIONAMENTO DA ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO.....	72
19 – TIPO DE GESTÃO.....	74
19.1 – GESTÃO TRANSPARENTE.....	74
19.2 – GESTÃO DEMOCRÁTICA.....	75
20 – PAPEL ESPECÍFICO DE CADA SEGMENTO DA COMUNIDADE ESCOLAR.....	75
20.1 – DIREÇÃO.....	75
20.2 – PROFESSOR.....	75
20.3 – EQUIPE PEDAGÓGICA.....	76
20.4 – BIBLIOTECÁRIA.....	76
20.5 – SECRETÁRIA.....	76
20.6 – MERENDEIRA.....	76
20.7 – AGENTES EDUCACIONAIS I.....	76
20.8 – ALUNOS.....	77
21 – RELAÇÃO ENTRE ASPECTOS PEDAGÓGICOS E ADMINISTRATIVOS.....	77
22 – O PAPEL DAS INSTÂNCIAS COLEGIADAS.....	78
22.1 – APMF.....	78
22.2 – GRÊMIO.....	78
22.3 – CONSELHO ESCOLAR.....	79
22.4 – CONSELHO DE CLASSE.....	80
23 – RECURSOS QUE A ESCOLA DISPÕE PARA REALIZAR SEU PROJETO: HUMANOS, MATERIAIS E FINANCEIROS.....	81
FUNDO ROTATIVO.....	82
24 – CRITÉRIOS PARA ELABORAÇÃO DO CALENDÁRIO ESCOLAR, HORÁRIOS LETIVOS E NÃO LETIVOS.....	82
25 – CRITÉRIOS PARA ORGANIZAÇÃO E UTILIZAÇÃO DOS ESPAÇOS EDUCATIVOS.....	89
26 – CRITÉRIOS PARA ORGANIZAÇÃO DE TURMAS E DISTRIBUIÇÃO POR PROFESSOR EM RAZÃO DE ESPECIFICIDADE.....	90
27 – DIRETRIZES PARA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO PESSOAL DOCENTE E NÃO DOCENTE; DO CURRÍCULO DAS ATIVIDADES EXTRA-CURRICULARES E DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO.....	91
28 – INTENÇÃO DE ACOMPANHAMENTO AOS EGRESSOS.....	93
29 – PRÁTICAS AVALIATIVAS.....	94
29.1 – AVALIAÇÃO FORMATIVA.....	95

29.2 – O SENTIDO E A FINALIDADE DA AVALIAÇÃO DEVEM SER.....	95
29.3 – A PARTIR DESTAS FINALIDADES A AVALIAÇÃO DEVERÁ TER AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS.....	96
RECUPERAÇÃO PARALELA.....	101
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	103
REFERÊNCIAS.....	104
ANEXOS.....	106

1. Apresentação do Projeto Político Pedagógico

O Colégio Estadual Nestor de Castro EFM, localiza-se à Rua João Inácio Thomas, nº 158 - Sulina – Paraná.

O Projeto Político Pedagógico em nosso Colégio nasceu de uma necessidade de mudanças, pois a escola precisa acompanhar a evolução objetivando a melhoria da qualidade de ensino e procurando fazer com que os educandos vejam o mundo com um olhar mais crítico.

Para dar início ao trabalho do P.P.P, a direção e equipe pedagógica participaram de vários encontros, que serviram de suporte para a coordenação dessa caminhada que marcou e pautou as atividades que direcionaram o trabalho coletivo da construção da nova proposta pedagógica.

Na sequência houve a sensibilização dos profissionais da educação, bem como a escolha das comissões representantes dos setores e a elaboração do cronograma da atividade a serem desenvolvidas, com intuito de refletir, definir, explicitar e direcionar as finalidades e objetivos da escola dentro do processo educativo.

A construção desta proposta foi uma tarefa ampla e complexa, e que teve muitas dificuldades como: falta de material de apoio, contemplar todos os aspectos previsíveis e imprevisíveis, traduzir todas as ideias num texto com a linguagem formal e reunir toda comunidade escolar para o trabalho.

Os pontos positivos desta construção estão relacionados à oportunidade de uma reflexão e ação democrática, coletiva e a execução concretizada.

O PPP objetiva:

Sensibilizar a comunidade escolar na elaboração e execução coletiva da proposta.

Promover o envolvimento e o comprometimento dos profissionais da educação, pais, alunos e comunidade, para a elaboração e efetivação de uma proposta, de acordo com a realidade local, inclusa na realidade regional no âmbito nacional e mundial.

Pautar a proposta pedagógica, visando atender as necessidades e interesses dos educandos, que venha trazer o desenvolvimento integral do aluno, como cidadão consciente dos seus direitos e deveres e a melhoria da qualidade de ensino.

2. Identificação do Estabelecimento

O Colégio Estadual Nestor de Castro EFM situa-se na Rua João Inácio Thomas, nº 158, no município de Sulina – Paraná. Este Estabelecimento está vinculado ao Núcleo Regional de Educação de Pato Branco, e tem por Entidade Mantenedora o Governo do Estado do Paraná. O funcionamento do Colégio pelo Ato cuja Resolução é nº 1192 de 09/06/1981. O Ato de Reconhecimento foi através da Resolução 2933 de 17/11/1982. O Regimento Escolar foi aprovado pelo Núcleo Regional de Educação através do parecer nº 691/2007. A distância entre o Colégio e o Núcleo Regional de Educação é 95 km localizado na sede do Município.

3. Aspectos Históricos da Escola

O Colégio Estadual Nestor de Castro – EFM teve uma longa história até chegar a esta denominação no ano de 1988, através da Resolução nº 1.953/88.

Esta Escola surgiu no ano de 1960, com a chegada dos primeiros moradores a esta localidade, que na época era distrito de Chopinzinho, denominada de Sede Sulina.

A Escola foi construída pelos moradores, no terreno perto da Igreja Católica e possuía uma única sala, onde a professora ministrava aula multisseriada de 1ª a 4ª série, pelo período de dez anos.

Em 1970 houve uma mobilização dos pais e professores que se dirigiram a Chopinzinho e conseguiram trazer a extensão do Ginásio Estadual Paulo Setúbal. Foi feito exame de admissão ao Ginásio e no mesmo ano iniciou o curso com a 1ª série, com duas turmas. Uma das turmas era composta por alunos adultos, pois até mesmo muitos pais voltaram a estudar acompanhando assim os seus filhos. No ano seguinte, criou-se a escola na localidade com a denominação de Escola Estadual de Sede Sulina, tendo como 1ª diretora a Sra. Irma Cenci Spadotto e os professores eram todos de outras localidades.

A partir da 4ª série, que corresponde hoje a 8ª série, ficou denominado Ginásio Estadual “Nestor de Castro” em homenagem ao escritor e jornalista paranaense Nestor de Castro.

A referida escola era mantida com promoções, pois não havia recursos do

governo. Os pais pagavam taxa de matrícula conforme sua renda na lavoura, pois a região era, e é essencialmente agrícola. Muitas famílias criavam suínos que era um alto negócio naquela época. Inclusive a quadra de esportes existente na escola foi construída pelos alunos e pais, fazendo promoções e pagando mensalidades ao Grêmio Estudantil que muito se empenhava para a manutenção da mesma.

Quanto aos materiais escolares eram adquiridos pelos pais. Havia livros de todas as disciplinas e era obrigado a adquiri-los, talvez por isso o interesse e a participação dos pais fosse maior. E também havia mais cobrança da família sobre os filhos, porque os pais investiam para ver o filho na escola e a média para aprovação era 70 (setenta). O aluno se sentia comprometido com os resultados que iria apresentar ao término do ano letivo.

Os alunos oriundos do interior que queriam estudar pernoitavam na casa de algum parente ou amigo, e no dia seguinte se dirigiam a casa, pois a aula funcionava no período noturno e não havia transporte escolar.

Não havia iluminação nos primeiros anos, a mesma era feita com liquinho a gás, posteriormente energia elétrica da represa do Saltinho, próximo às Águas Termais, onde foi instalado um gerador que fornecia energia à sede da localidade.

Em 1981, houve a reorganização do Grupo Escolar Visconde de Cairu, que funcionava no mesmo prédio, oferecendo o ensino de 1ª a 4ª séries e do ginásio Estadual Nestor de Castro que oferecia o ensino de 5ª a 8ª séries, passando os mesmos a constituir um único estabelecimento, denominado: Escola Nestor de Castro - Ensino de 1º Grau, autorizado pela Resolução nº 1.192/81 de 09/06/81 e divulgada no diário Oficial n.º 1.078 do dia 02/07/1981 reconhecido pela Resolução n.º 2.933/82, divulgada no Diário Oficial n.º 1.425 do dia 1º de dezembro de 1982.

Através da Resolução n.º 1.953/88 foi autorizado o funcionamento do ensino de 2º grau, com o curso de Educação Geral, com implantação gradativa, a partir do início do ano letivo de 1988.

Em decorrência da autorização de Ensino de 2º grau a Escola Estadual Nestor de Castro - Ensino de 1º Grau passou a denominar-se: Colégio Estadual Nestor de Castro –Ensino de 1º e 2º Graus, porém, o reconhecimento do Curso de 2º Grau- Educação Geral - Área de Concentração: Agricultura deu-se através da Resolução n.º

3.167/91, divulgado no Diário Oficial n.º 3.609, de 1º de outubro de 1991, curso este em extinção no presente ano de 1998. Em 1991 aconteceu a Municipalização de Ensino de 1ª a 4ª séries, em consequência, houve o desmembramento do Ensino de 1ª a 4ª séries, com a criação da Escola Municipal Arnaldo Busato - Ensino de Pré a 4ª séries, sob Decreto n.º 015/91, de 27 de maio de 1991, a qual teve o funcionamento autorizado pela Resolução n.º 3.136/91, de 18 de setembro de 1991.

Em 20/06/96 foi aprovada uma nova grade curricular a qual passou a vigorar em 1997, com o curso de Educação Geral - Preparação Universal, através do Parecer n.º 1436/96 da SEED/CEF.

No ano de 1998 houve a implantação gradativa do Curso de Educação Geral - Preparação Universal, 2º Grau diurno, cuja grade foi aprovada pela SEED/CEF em 16/02/98.

O Colégio conta hoje com oito turmas do Ensino Fundamental e seis turmas do Ensino Médio, totalizando 360 alunos.

4. Espaço Físico

O Colégio Estadual Nestor de Castro – EFM apresenta um espaço físico insuficiente e inadequado para desenvolver as práticas pedagógicas necessárias. Inclusive sem condições para receber alunos portadores de necessidades especiais. Contamos com seis salas de aula que são ocupadas nos três turnos, uma sala de Apoio Pedagógico bem pequena, biblioteca, concomitante com sala de professores, sala de vídeo pequena, laboratório informática, laboratório de ciências, secretaria concomitante com Direção e Documentadora Escolar, cozinha com depósito de alimentos, almoxarifado, dois banheiros para professores, dez banheiros para alunos, sendo 50% masculino 50% feminino, um saguão para reuniões, apresentações, atividades físicas, uma quadra de esporte coberta. A escola possui uma horta espaçosa e bem produtiva. Um ponto negativo na estrutura deste colégio é o excesso de escadarias e falta de acesso coberto de um bloco ao outro. Também há falta de sala para atendimento do Apoio Pedagógico, Direção, Documentação Escolar e Sala para Professores com banheiro privativo.

5. Oferta de Cursos e Turmas

O Colégio Estadual Nestor de Castro oferece o Ensino Fundamental de 6º ao 9º ano e Ensino Médio sendo que Ensino Fundamental funciona no turno matutino e vespertino e está estruturado em 09 turmas, o Ensino Médio funciona no período matutino com 02 turmas, no vespertino com 01 turma e no noturno com 03 turmas.

O horário de funcionamento: manhã 07h25min às 11h35min, tarde 13h00min às 17h10min e noite 18h50min às 22h45min, com tolerância para entrada de 5 minutos.

Mantém sua organização em regime seriado e opção pelo currículo disciplinar.

Esta entidade é composta por 414 alunos divididos em 18 turmas, sendo 110 do Ensino Médio e 261 do Ensino fundamental. O quadro dos docentes é composto por 39 professores. O trabalho pedagógico é desempenhado por 02 pedagogas, os funcionários administrativos que são: 03 agentes educacionais II e 05 agente educacionais I.

Temos ainda 03 turmas em regime de alternância funcionando na Casa Familiar Rural.

6. Caracterização da População-Alunos/Pais; Professores/Funcionários; Equipe de Direção (Pedagogos e Diretores)

6.1 Alunos

Os alunos são a principal razão de a escola existir, eles são a própria escola. Todas as ações devem ser voltadas para o desenvolvimento e a aprendizagem dos alunos.

Os alunos do Colégio Estadual Nestor de Castro são na maioria oriundos da zona rural. Como em todas as escolas tem alunos motivados participativos e outros que precisam de mais incentivo para participar das aulas e aprender. Os alunos encontram dificuldades em conciliar o mundo lá fora com a realidade da escola devido a rápida evolução que está acontecendo, principalmente tecnológica, aspecto em que a escola precisa avançar para atender as expectativa dos alunos. Apesar das dificuldades, quando a escola propõe os projetos, existe um bom envolvimento dos alunos, com produções, pesquisas, apresentações, participações extra-classe. Um aspecto negativo que ocorre em nosso estabelecimento é o abandono escolar em decorrência da necessidade de

trabalho, o que faz com que muitos alunos se afastem do município em busca de emprego.

6.2 Pais

Na escola temos o reflexo da sociedade e das famílias. O dia-a-dia mostra as diferentes realidades familiares das quais fazem parte os nossos alunos. Temos parte dos pais comprometidos, que se preocupam com seus filhos, acompanham o seu desempenho, vem para a escola, participam das reuniões, promoções e valorizam o trabalho dos professores, porém os outros são totalmente alheios e não comparecem na escola, nem mesmo quando convidados.

A desestruturação das famílias tem interferido nas relações de pais, filhos e escola. É um fator bastante presente na nossa realidade constatando-se claramente seus reflexos no rendimento escolar.

Ainda existe uma grande distância entre a família e a escola, que aos poucos deve ir diminuindo, cabendo à escola, direcionar os passos para esta abertura, com ações que tragam os pais para a escola, através de uma participação mais ativa e comprometida, como co-responsável pela educação e aprendizagem do educando.

6.3 Professores

Os professores devem ser os guias, os orientadores do processo educativo, trabalhar junto com os alunos, sua realidade social concreta. Os professores não devem apenas satisfazer necessidades e carências e sim despertar outras necessidades, exigir o esforço do aluno, propor conteúdos compatíveis com as experiências vividas a fim de que o aluno se mobilize para uma participação ativa. Segundo Makarenko o exemplo é o melhor método educativo, por isso o educador deve sempre assumir atitudes sérias, ser simples e sincero.

Os professores que atuam no Colégio Estadual Nestor de Castro - EFM possuem competência técnica, domínio de conteúdos e metodologia adequada à transformação e elaboração do conhecimento. Conscientes de que hoje a escola é um sistema complexo, que atende uma clientela diversificada, estão constantemente se aperfeiçoando, com o objetivo de atualizar os conhecimentos, implantando experiências

inovadoras para melhorar cada vez mais as práticas educativas visando sempre a aprendizagem dos alunos.

6.4 Funcionários

Os funcionários são parte integrante da comunidade escolar. O trabalho que desempenham deve ter caráter pedagógico, pois deve priorizar o bem estar de toda escola. Cada ação que realizam deve estar integrada e de acordo com as diretrizes da escola, centralizados nos alunos. Todos os funcionários, independente da função devem ter o mesmo valor e reconhecimento, pois fazem parte da mesma família onde todos são iguais mesmo exercendo papéis diferentes. Funcionário motivado se envolve, produz e transmite um clima de alegria e confiança. O Colégio Estadual Nestor de Castro – EFM procura valorizar o seu quadro de funcionários, buscando a união e o trabalho coletivo, com o objetivo de proporcionar a todos um ambiente de paz e de respeito.

6.5 Equipe Diretiva: Diretor e Pedagogos

A educação escolar é função da escola, que deve mobilizar toda sua equipe e proporcionar um conjunto de práticas preestabelecidas, com o propósito de contribuir para que os alunos se apropriem de conteúdos sociais e culturais de maneira crítica e construtiva.

Reconhecer a diversidade e buscar formas de acolhimento requer por parte da equipe escolar, disponibilidade, informações, discussões, reflexões e comprometimento. À frente da equipe escolar devem estar: o diretor, diretor auxiliar e os pedagogos, dando suporte, orientando, apoiando todas as iniciativas, os projetos, os anseios dos professores, dos alunos e da comunidade escolar. O bom senso, o respeito, a confiança, o diálogo devem permear as relações na escola, para que as ações desenvolvidas revertam em conhecimento, aprendizagem, atitudes de autonomia e cidadania e valores para o convívio social.

7. Objetivos

7.1 Objetivo Geral:

Oferecer uma educação integral de qualidade, visando à formação de um ser humano crítico e consciente, capaz de atuar na sociedade em que vive, oportunizando possibilidades de aprender por múltiplos caminhos e formas para que ocorra a aprendizagem ampla nas dimensões dos conteúdos específicos dos diversos componentes curriculares.

7.2 Objetivos Específicos:

- Valorizar a diversidade cultural;
- Preparar os educandos para as constantes transformações sócio - políticas e econômicas;
- Sensibilizar o educando, do alto índice de competitividade em todos os segmentos da sociedade;
- Provocar a ação de pesquisa e investigação;
- Valorizar as múltiplas inteligências, dando oportunidade do educando desenvolver suas potencialidades;
- Desenvolver princípios de valores éticos, propiciando o respeito mútuo e solidariedade, dentro de um ambiente de interação.
- Oportunizar a liberdade de expressão, garantindo a autonomia com responsabilidade diante dos fatos cotidianos.
- Sensibilizar o educando para ações participativas, que busquem a sustentabilidade.

MARCO SITUACIONAL

8. Descrição da Realidade Brasileira, do Estado, do Município e da Escola.

8.1 Realidade Brasileira

Vive-se uma época de transformações, de evolução tecnológica e científica e também uma era de crise generalizada, que abrange os planos econômico, social e

político, tanto no âmbito nacional como no internacional. Esta crise gera grandes inquietações e insegurança, pois o dia seguinte é sempre uma grande incógnita.

No Brasil a situação é igualmente difícil ou até mais, pois apesar de não termos grandes fenômenos físicos, como terremotos, vulcões, ondas gigantes, furacões; temos uma corrupção assustadora, uma distribuição de renda injusta, falta de respeito com o cidadão, que se vê privado de suas necessidades básicas como saúde, educação, transporte, segurança entre outras. Não se tem clareza quanto aos destinos de nossa sociedade e o que nos reserva o amanhã.

Em meio às incertezas com as quais vivemos, desencadeiam-se os movimentos de base, empenhados em mudar esta postura contemplativa, em prol de uma ação que seja capaz de protagonizar a nossa história. O que estes movimentos visam, é se fazer presente na construção do futuro melhor e mais justo para todos.

Pode-se, mesmo que timidamente admitir, que se está desencadeando, em vários setores da vida brasileira, principalmente na base operária, o compromisso com o movimento, que tire o cidadão do estado de inércia.

O quadro que aí está é, pois, o de busca, através da prática refletida, das formas de organização, capazes de contribuir para o fortalecimento da sociedade civil, a caminho da obtenção de uma nova estrutura, verdadeiramente democrática.

A educação é chamada a participar desta busca, seja através dos movimentos populares, através do confronto com as circunstâncias, através das reflexões que se efetivam em torno da escola, através da difícil, porém urgente e já iniciada, organização dos professores ou de outras formas de ações.

O enfoque principal que o momento histórico está a exigir, também em termos de educação, é o político. Assim os encontros, os seminários, as conferências, os debates, que se tem realizado em torno da problemática educacional, estão especialmente referenciados, como não poderia deixar de ser, a dimensão política da educação.

8.2 Estado

O Estado faz parte do contexto nacional, portanto faz parte de toda problemática que envolve os setores, social, político, cultural, educacional, econômico, enfim, estamos inseridos nesta sociedade, que procura respostas a muitas questões que

nos afligem e podam o direito de exercermos plenamente a nossa cidadania.

Se fizermos uma análise mais crítica e de cunho comparativo entre os estados brasileiros, percebemos claramente que o Paraná se destaca em alguns setores, inclusive na educação. Mesmo que timidamente, este setor apresenta avanços e mudanças que vem fazendo a diferença nas escolas paranaenses.

8.3 Município

O município de Sulina está localizado na região sudoeste do Paraná.

É um município pequeno, emancipado no ano de 1989 e conta com uma população de 3445 habitantes aproximadamente.

A população na sua maioria é de origem alemã e cultiva as tradições através de festas e atividades culturais, sendo um povo trabalhador e muito hospitaleiro, característica que atrai muitos visitantes de toda região.

O Município conta com um ponto turístico que são as Thermas de Sulina que atrai muitos turistas e visitantes em busca de lazer e divertimento.

As atividades econômicas que se destacam são: a agricultura e a pecuária principalmente de gado leiteiro.

Outro setor que gera bastante renda é dos aposentados, que representa um número bem expressivo da população, sendo que grande parte dos jovens procuram trabalho nos grandes centros, pois aqui não existem indústrias e o comércio é fraco, por falta de incentivo dos órgãos responsáveis.

A Escola enfrenta algumas dificuldades, pois o número de alunos vem diminuindo, sendo que muitos têm que trabalhar para ajudar na renda familiar e por isso deixam a escola mais cedo. Contudo as famílias se preocupam e procuram um futuro melhor para todos, principalmente para seus filhos.

8.4 Escola

A educação escolar deve constituir-se em uma ajuda institucional, sistemática, planejada durante um período contínuo e extensivo de tempo, diferenciado de processos educativos que ocorrem em outras instâncias como na família, no trabalho, na mídia, no lazer e nos demais espaços de construção de conhecimentos e valores para

o convívio social.

O papel da instituição escolar não é de uniformização dos estabelecimentos escolares, uma vez que cada escola tem sua história, suas peculiaridades e sua identidade.

O Colégio Estadual Nestor de Castro – EFM procura desenvolver um trabalho educativo, consciente da realidade em que está inserido, buscando oferecer um ensino de qualidade, que atenda as necessidades de seus educandos, visando à formação integral e global, para que possam vivenciar plenamente a cidadania no regime democrático.

Para que este Estabelecimento de Educação possa oferecer um ensino de boa qualidade faz-se necessário melhorar a infra-estrutura para que atenda as expectativas de toda a comunidade escolar como: laboratório equipado, mais livros e material de apoio pedagógico, ventilação e iluminação suficientes em todos os ambientes, passarela coberta entre os dois blocos, sala para os professores, Sala de Recurso adequada, sala de Direção, Documentador Escolar e Apoio Pedagógico, entre outros.

Os recursos humanos também não são suficientes para um atendimento de qualidade, sendo que faltam pedagogos, auxiliares administrativos, serviços gerais, o que vem gerando muitos transtornos e stress para a Direção e comunidade escolar que está trabalhando, acumulando funções, o que acaba prejudicando o andamento dos trabalhos planejados para o ano letivo.

Outras dificuldades são as informações e decisões tomadas de última hora e repassadas para a Escola, por parte do NRE, o que muitas vezes geram conflitos e atropelos, pois interferem nos projetos que estão sendo desenvolvidos, e que foram planejados no início do ano.

9. Análise das Contradições e Conflitos Presentes na Prática Docente: Reflexão Teórico-Prática

A evolução da humanidade vem desencadeando de forma gradativa e significativa com a era da informação, tecnologia e conhecimento, as necessidades políticas sociais e educacionais se modificam exigindo novas posturas, especialmente da educação. Merecedora de destaque em toda história da humanidade.

O homem é um ser político por natureza, age na sociedade interagindo e transformando-a. A cada dia novos atores, novos direitos, novas mediações e novas instituições redefinem o espaço das práticas cidadãs, propondo o desafio da superação, da desigualdade econômica e social.

Criar capital humano para atuar condignamente nessa sociedade dependerá da educação. Entende-se por capital humano, o conhecimento, a habilidade, a experiência e o poder de inovação do funcionário para realizar as suas funções no cotidiano do trabalho.

Conforme afirma Meneses in Revista Escola, “quem não tiver preparado para o trabalho conceitual e criativo, pode estar fadado à exclusão social, através do desemprego”.

Nesse mundo globalizado de extrema competitividade, os indivíduos com maior conhecimento e formação, encontrarão situações mais favoráveis, cabendo à escola um papel relevante de formar cidadãos autônomos, conscientes de suas potencialidades para atuar e transformar a sua própria história e também da sociedade na qual está inserido.

A escola democrática constrói através de uma educação libertadora, práticas pedagógicas desafiadoras que levam em consideração o nível cultural e educacional dos seus educandos, reconhecendo suas diferenças. Estas diferenças oportunizam novos horizontes e novos modos de agir.

Pensar em educação dentro de um contexto no qual o educando atinja a plenitude de sua humanidade é definir um processo de libertação e conscientização, que leve ao compromisso de transformação. Portanto faz-se necessário a escola modificar suas metodologias e suas práticas pedagógicas. A metodologia deverá ser organizada e fundamentada no coletivo, que possibilite uma prática consciente. Assim os educadores deverão ser agentes dessa mudança, comprometidos em melhorar sua prática pedagógica, lutando por justiça social, onde todos têm os mesmos direitos, sem discriminação, exigindo da comunidade escolar a cooperação e o compromisso com a educação. Nesse compromisso com a educação, destaca-se o objetivo de formar o cidadão com uma identidade, ou seja, dar-lhe a caracterização específica da escola onde estuda. Por isso é fundamental que o aluno encontre na escola amparo e um ambiente de paz, sentindo-se protegido e acolhido. Assim terão maior sucesso na aprendizagem dos

conteúdos repassados e na aquisição de valores, competências fundamentais necessárias para a formação da dignidade humana.

MARCO CONCEITUAL

10. Concepções

10.1 Sociedade

Quando pensamos a sociedade, nos reportamos imediatamente ao ser humano e as relações que estabelece como o meio em que vive. Esta convivência vem permeada de regras comuns, dogmas, preceitos, que emanam do pensar coletivo, formando o senso comum.

A sociedade reflete todas as experiências individuais do homem, transmite-lhe o conhecimento acumulado e absorve as contribuições que cada indivíduo produz e oferece a sua comunidade. Nesse sentido a sociedade cria o homem para si. (Pinto, 1994).

O saber e a educação são mediados pela sociedade, através do trabalho concreto dos homens, que criam novas possibilidades de cultura no processo de criação e transformação da base econômica.

Segundo Dermerval Saviani, o entendimento do modo como funciona a sociedade, não pode se limitar às aparências. É necessário compreender as leis que regem o desenvolvimento da sociedade. Obviamente que não se trata aqui de leis naturais, mas sim de leis históricas, ou seja, de leis que se constituem historicamente.

Vivemos numa sociedade marcada por profundas desigualdades de todo tipo - classe etnia, gênero, religião, etc. Essa crescente fragmentação do social que potencializaram as políticas conservadoras foi reforçada pelo grande e excepcional avanço tecnológico e científico, causando grande impacto sobre os meios de produção.

Uma sociedade democrática pressupõe uma possibilidade de participação do conjunto dos membros da sociedade em todos os momentos de decisão que dizem respeito à sua vida.

Raul Pont no texto sobre democracia representativa e democracia participativa conclui que nossa convicção fundamente-se no processo histórico que nos

ensina que não há verdades eternas e absolutas nas relações entre sociedade e Estado e que estas se fazem e refazem regidas por princípios éticos de liberdade, uma utopia para a humanidade.

10.2 Homem

O homem é um ser social e natural, dotado de grande capacidade, é um agente transformador criativo e capaz de resolver problemas, segundo suas necessidades. O homem constitui-se um ser histórico, com vontade própria, que atua sobre a realidade. Ele envolve múltiplas relações em determinadas situações, acumulando experiências e produzindo conhecimentos. Sua ação é intencional e planejada, pautada no trabalho, produz bens materiais e não-materiais que são apropriadas de diferentes maneiras pelo homem, conforme Saviani (1992):

O homem necessita produzir continuamente sua própria existência. Para tanto, em lugar de se adaptar a natureza, ele tem que adaptar a natureza a si, isto é, modificá-la pelo trabalho, sofrendo muitas vezes as consequências destes atos.

O homem garante sua participação ativa nas diversas esferas da sociedade, através das relações familiares comunitárias, produtivas, políticas, caminhando na direção de sua emancipação, construindo a história coletiva, compreendendo suas condições existenciais, superando a condição de objeto.

Cabe a cada ser, manter o equilíbrio emocional para que seu próprio mundo seja preservado e sua espécie não seja extinta.

10.3 Infância

Infância é o período que vai desde o nascimento até aproximadamente até o décimo segundo ano de vida de uma pessoa. É um período de grande desenvolvimento físico, marcado pelo gradual crescimento da altura e do peso da criança especialmente nos primeiros três anos de vida e durante a puberdade. Mais do que isto, é um período onde o ser humano se desenvolve psicologicamente, envolvendo graduais mudanças no comportamento, e nas bases de sua personalidade.

A infância é o momento extremamente significativo da vida do indivíduo, onde deve predominar o sonho, a fantasia, a brincadeira, embora muitas vezes, as

condições objetivas da existência, questões sociais, econômicas e culturais não permitam essas vivências. Dessa forma cabem as escolas e a sociedade valorizar este período, promovendo vivências que possibilitem a criança viver este momento da melhor forma possível.

Cada fase necessita de tratamentos e ações diferenciadas. A infância requer um tratamento por meio dos pais e professores que contenha afeto, carinho, incentivo, responsabilidade e muito.

Considera-se que desde a infância devem-se construir sujeitos de direito no espaço social para a construção da cultura, de saberes, potencialidades, interesses, valores e identidades individuais e coletivas. A infância é a fase inicial onde a criança desenvolve o físico e o intelecto, portanto, deve ser respeitada.

Infância significa compreender que esta é uma condição da criança. Para Vygotski (2007), a interação social deve ser privilegiada na formação das características humanas. Para ele é importante analisar o desenvolvimento e a interação social que acompanham a formação humana. Para Piaget, Vygotski e Wallon: “a criança conhece da mesma forma que o adulto”. Os interesses dependem das ações adquiridas durante o crescimento tanto afetivo como cognitivo e psicológico.

A maneira como a infância é vista atualmente é mostrada no Referencial Curricular Nacional para A Educação Infantil (Brasília, 1998), que vem afirmar que “as crianças possuem uma natureza singular, que as caracteriza como seres que sentem e pensam o mundo de um jeito muito próprio”. Sendo assim, durante o processo de construção do conhecimento, “as crianças se utilizam as mais diferentes linguagem e exercem a capacidade que possuem de terem ideias e hipóteses originais sobre aquilo que procuram desvendar”.

Para tanto o ingresso da criança na escola exige que o grupo de profissionais tenha um planejamento com atividades bem estruturadas, coerentes e compartilhadas com as famílias, não só nos primeiros dias de aula e sim durante todo período letivo.

Devem ainda contemplar regras comuns, possibilidades de participação, atenção, receptividade, aconchego, que são fundamentais para garantir segurança tanto as crianças quanto aos familiares.

Uma boa socialização das crianças depende da relação escola família e da

recepção realizada por parte dos profissionais da instituição.

Cabe a escola reconhecer as crianças como seres capazes de aprender os diferentes conhecimentos acumulados pela humanidade e sistematizados como conteúdos na escola respeitando a singularidade da infância.

Estes propósitos educativos servirão de orientação do trabalho que será desenvolvido pelos professores e devem estar sistematizados na proposta pedagógica.

10.4 Adolescência

A palavra “adolescência” vem da palavra latina “adolesco”, que significa crescer. É uma fase cheia de questionamentos e instabilidades que se caracteriza por uma intensa busca de si mesmo e da própria identidade.

Mesmo antes do surgimento do termo “adolescente”, os mesmos já faziam parte da construção da nossa história. Para muitos a adolescência é definida como uma crise de revolta contra os pais e a sociedade.

Porém, ela constitui um período de transição, com diversas alterações física, mentais e sociais onde o adolescente necessita de apoio, atenção e carinho, por parte da família e da escola. Neste período de dúvidas, incertezas e amadurecimento é que ocorre o processo de formação do caráter do indivíduo, sendo de grande importância que o adolescente se sinta seguro e motivado.

Piaget afirma que as mudanças na maneira como os adolescentes pensam sobre si mesmos, sobre seus relacionamentos pessoais e sobre a natureza de sua sociedade. Tem como fonte comum o desenvolvimento de uma nova estrutura lógica que ele chamava de operações formais.

O adolescente constrói teorias e reflete sobre seu pensamento o pensamento formal, que constitui uma reflexão da inteligência sobre si mesma.

A adolescência requer muita paciência por parte dos responsáveis, frente às diversas mudanças psicológicas que ocorrem nesta fase da vida.

Com adolescentes, o desenvolvimento da aprendizagem acontece partindo do

amadurecimento da idéia de valores estabelecendo-se limites e responsabilidades sobre seus atos. Cabe aos profissionais das instituições contemplar regras comuns, possibilidades de participação, atenção que são fundamentais para formular hipóteses e construir reflexões e teorias, podendo assim definir conceitos e valores.

10.5 Alfabetização e Letramento

Historicamente, o conceito de alfabetização se identificou ao ensino-aprendizado da “tecnologia da escrita” e na leitura significa a capacidade de decodificação de sinais gráficos, transformando-os em “sons”, e na escrita em “sinais gráficos”.

Com o surgimento dos termos letramento e alfabetização, muitos pesquisadores passaram a distinguir os termos.

Utilizam **Alfabetização** para designar o aprendizado inicial da leitura e da escrita e **Letramento** para designar os usos da língua escrita.

Ainda tem os que preferem utilizar apenas o termo alfabetização para significar tanto o domínio do sistema de escrita quanto os usos da língua escrita em práticas sociais.

Letramento é mais que alfabetizar é ensinar a ler e escrever, dentro de um contexto onde a leitura e escrita tenha sentido para a vida do aluno.

10.6 Educação

A educação desempenha um papel essencial no desenvolvimento das pessoas e da sociedade.

É através da educação que o homem constrói sua cidadania e permite a ele formar-se um ser digno, consciente de suas ações, com capacidade de transformar a sua vida e a sociedade.

Segundo Pinto (1994) a educação é um processo histórico de criação do homem para a sociedade e simultaneamente de modificação da sociedade para benefício do homem.

Neste contexto a escola deve assumir-se como um espaço social de vivência, discussão e construção dos significados éticos necessários e constitutivos de toda e qualquer ação de cidadania, promovendo discussões sobre dignidade do ser humano, igualdade de direitos recusa das formas de discriminação, importância da solidariedade e observância das leis.

Há uma expectativa da sociedade, para que a educação se posicione na linha de frente da luta contra exclusão de todos os cidadãos, como uma prática efetiva.

A sociedade brasileira demanda uma educação de qualidade, que garanta as aprendizagens essenciais para a formação de cidadão, capaz de atuar com competência, dignidade e responsabilidade na sociedade em que vive e na qual espera ver atendidas suas necessidades individuais, sociais políticas e econômicas.

10.7 Conhecimento

O conhecimento é um processo construído nas relações sociais e ao mesmo tempo busca explicitar as relações entre os homens e a natureza.

Na sociedade o homem não se apropria dos conhecimentos produzidos e nem da produção material do seu trabalho. Segundo Marx e Engels “a classe que tem a disposição os modos de produção material controla concomitante os meios de produção intelectual, de sorte que, por essa razão geralmente as ideias daqueles que carecem desses meios ficam subordinados a ela” (Frigotto, 1993, pg.67)

O conhecimento configura-se de diferentes formas: o senso comum, o científico, o teológico, o estético, pressupondo diferentes concepções que o homem tem sobre si, sobre o mundo e sobre o próprio conhecimento, dentro de um contexto histórico que representam as necessidades do homem a cada momento, com diferentes formas de ver a realidade e novas maneiras de agir para obter o conhecimento, para interferir na realidade.

O conhecimento adquirido na escola deve ser amplo e dinâmico e não meramente científico.

O conhecimento escolar deve ser objeto de trabalho do professor, resultado de fatos, conceitos e generalizações. O ato de conhecer representa um caminho para a compreensão da realidade, através da ação. Segundo Trim (in Revista Aprender Brasil,

abril 2005), defende uma educação democrática, em que todos são sujeitos da construção do conhecimento.

10.8 Tecnologia

O rápido desenvolvimento tecnológico vem acarretando inúmeras transformações na Sociedade contemporânea, principalmente nas duas últimas décadas.

Hoje são possíveis realizações que, há pouco tempo atrás, faziam parte apenas, do mundo da ficção.

A sociedade de modo geral, está constantemente se beneficiando dos programas da tecnologia, sem muitas vezes, ter consciência disso.

A tecnologia da comunicação, além de seus veículos de informação, possibilita novas formas de ordenação da experiência humana. A utilização de produtos do mercado da informação, revistas, jornais, livros, CD-ROM, programas de rádio e televisão, sites, correio eletrônico, além de possibilitar novas de comunicação, gera novas formas de produzir conhecimento.

A tecnologia ao mesmo tempo em que contribui para aproximar as diferentes culturas, também gera a centralização na produção do conhecimento e do capital, pois o seu acesso ainda é restrito a uma pequena parcela da população do Planeta. Há uma grande distância entre os indivíduos que dominam a tecnologia, os que são apenas consumidores e os que não tem acesso às tecnologias.

Com a multiplicação dos instrumentos de comunicação e a enorme quantidade de informação disponível, a capacidade de assimilação humana continua a mesma, tanto do ponto de vista físico como psicológico, o que vem causando a “síndrome da fadiga da informação”. Outro aspecto a ser considerado é o fato de que informação em quantidade não quer dizer informação em qualidade.

O processo irreversível e acelerado do desenvolvimento tecnológico traz mudanças substanciais para a vida em sociedade e nas formas de trabalho humano. O perfil do trabalhador vem sofrendo alterações, em pouco tempo, a sua permanência no trabalho dependerá da aquisição de novas qualificações profissionais. Cada vez mais torna-se necessário que o trabalhador tenha conhecimentos atualizados, iniciativa, flexibilidade mental, atitude crítica, competência técnica, capacidade para criar soluções e

para lidar com a grande quantidade de novas informações. A tendência mundial é que as tarefas mecânicas sejam realizadas por máquinas.

A educação pode contribuir para diminuir diferenças e desigualdades, na medida em que acompanhar os processos de mudanças, oferecendo formação adequada às novas necessidades da vida moderna.

As demandas atuais exigem que a escola ofereça aos alunos, sólida formação cultural e competência técnica, favorecendo o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e atitudes que permitam a adaptação e permanência no mercado de trabalho, como também a formação de cidadãos críticos e reflexivos, que possam exercer sua cidadania, ajudando na construção de uma sociedade mais justa, fazendo surgir uma nova consciência, onde se tenha mais, cooperação, solidariedade, tolerância e igualdade.

10.9 Escola

A Escola é um espaço político, pois o ensino está sempre ligado ao aparelho político. A Escola é um lugar da luta de classes, onde as exigências das massas (pais e alunos) as necessidades das ciências e das técnicas, a conscientização dos professores, se opõe ao predomínio da classe dominante.

A neutralidade política, não existe em educação. Se assim se pensar, é uma manobra para iludir as massas. Sabe-se que a burguesia não tem interesse em escolas politizadas, pois a apropriação do saber conduz a luta de classe, o que não é interesse da mesma.

A Escola hoje luta para renovar o ensino de modo a torná-lo concreto, interessante que vá ao encontro dos interesses do aluno, levando em conta sua bagagem cultural e a visão para a produção do conhecimento.

A escola deve ser conhecida como espaço social responsável pela apropriação do saber universal, socializando as camadas populares, entendendo a apropriação crítica e histórica do conhecimento, enquanto instrumento de compreensão da realidade e sua atuação para a transformação desta realidade.

A educação escolar deve constituir-se em uma ajuda intencional, sistemática, planejada e continuada para os estudantes, durante um período contínuo e extensivo de tempo, agindo como fator primordial para as transformações sociais e

construção da democracia.

Ao delinear o papel da escola, não se está buscando uma uniformização dos estabelecimentos escolares, uma vez que cada escola tem sua história, suas peculiaridades e sua identidade.

Os conhecimentos construídos no ambiente escolar ganham sentido, quando há interação contínua e permanente entre o saber escolar e os demais saberes, entre o que o aluno aprende na escola e o que ele traz para a escola.

10.10 Ensino Aprendizagem

O conhecimento não é algo fora do indivíduo, adquirido através de cópia, nem algo que se constrói independente da realidade exterior, dos demais indivíduos e de suas próprias capacidades pessoais. É, antes de mais nada, uma construção histórica e social, na qual interferem fatores da ordem antropológica, cultural e psicológica, entre outros.

O aluno deve ser visto como um ser ativo, cooparticipante do processo educativo, já que é formador da história, que trabalhe no presente com conteúdos significativos e atuais em constante reavaliação face as realidades sociais.

O conhecimento, portanto, é o resultado de um processo de construção, modificação e reorganização, utilizado pelos alunos para assimilar e interpretar os conteúdos escolares. O que o aluno pode aprender em determinado momento, depende da fase de desenvolvimento em que ele se encontra, dos conhecimentos que já construiu anteriormente e do ensino que recebe. Isto é, a ação pedagógica deve se ajustar ao que os alunos conseguem realizar em cada momento de sua aprendizagem, para constituir-se em uma verdadeira ação educativa.

Conceber o processo de aprendizagem como propriedade do sujeito, implica valorizar o papel determinante da interação com o meio social e, especialmente com a escola. Situações de ensino e aprendizagem são situações comunicativas, nas quais os alunos e os professores interagem, com uma influência decisiva para o êxito do processo.

As aprendizagens que os alunos realizam na escola serão significativas na medida em que eles consigam estabelecer relações entre os conteúdos escolares e os conhecimentos previamente construídos, que atendam as expectativas, intenções e

propósitos de aprendizagem do aluno.

Se a aprendizagem for uma experiência bem sucedida, o aluno constrói uma imagem de si como alguém que é capaz de aprender. Se ao contrário for, mal sucedida, o ato de aprender se transformará em medo e desinteresse.

As reflexões sobre a atuação em sala de aula, os debates e as teorias, ajudam a conhecer os fatores que interferem na aprendizagem dos alunos.

Rays (1989) nos diz que o ato de planejar o ensino é sempre um ato político. Assim, aqueles que participam do planejamento de ensino, deverão analisar e definir concretamente a dimensão política da ação educativa e a dimensão educativa contida na dimensão política do ato educativo, uma vez que pensar a ação educativa é pensar a ação social.

10.11 Inclusão

Analisando a evolução histórica dos movimentos para universalizar o acesso às escolas, conclui-se que o paradigma da inclusão vem caracterizar uma orientação que, necessariamente, diz respeito à melhoria da qualidade das respostas educativas de nossas instituições de ensino-aprendizagem, para todos.

Embora este movimento esteja predominantemente relacionado ao alunado da Educação Especial, é um equívoco supor que a proposta diz respeito a esses sujeitos, apenas. A inclusão educacional implica no reconhecimento e atendimento às diferenças de qualquer aluno que, seja por causas endógenas ou exógenas, temporárias ou permanentes, apresenta dificuldades de aprendizagem.

Outra abordagem simplista que é observada, tanto na maioria das narrativas dos autores quanto nos discursos, é a afirmação de que o fenômeno da inclusão é o inverso da exclusão. Ao contrário: o avesso da inclusão pode ser uma inclusão precária, instável e marginal decorrente de inúmeros fatores dentre os quais a “sociedade capitalista que desenraiza, exclui, para incluir de outro modo, segundo suas próprias regras, segundo sua própria lógica. O problema está justamente nesta inclusão” (Martins, apud Amaral, 2002, p 32).

A inclusão educacional para efetivar-se necessita do suporte da Educação Especial, incluindo a implantação e/ou implementação de uma rede de apoio.

A inclusão educacional é um projeto gradativo, dinâmico e em

transformação, em sua fase de transição que exige do Poder Público, o absoluto respeito e reconhecimento as diferenças individuais dos alunos e a responsabilidade quanto à oferta e manutenção dos serviços mais apropriados ao seu atendimento, tais como, Sala de Recursos de 5ª a 8ª séries na área da Deficiência Mental, distúrbios de aprendizagem e Condutas Típicas, Sala de Recursos na área da Superdotação/Altas Habilidades para enriquecimento curricular, profissional intérprete para educando surdo com domínio da língua de sinais/LIBRAS e Professor de apoio Permanente para os alunos com acentuado comprometimento físico/neuromotor e de fala.

O compromisso está direcionado ao respeito às diferenças individuais dos alunos com necessidades educacionais especiais e prevê a continuidade da oferta de apoios e serviços especializados, tanto em contexto inclusivo, preferencialmente, quanto em “*locus*” específico (classes e escolas especiais).

Neste sentido, promover o desenvolvimento das potencialidades dos alunos exige a avaliação permanente da eficácia dos serviços educacionais prestados, permitindo, quando indicada, a mobilidade do educando entre as diferentes opções de apoios e serviços especializados ofertados.

É importante destacar que “especiais” devem ser consideradas as alternativas e as estratégias que a prática pedagógica deve assumir para remover barreiras para a aprendizagem e participação de todos os alunos (CARVALHO, 2000, p.17).

Desse modo, desloca-se o foco do especial ligado ao aluno para o enfoque do especial atribuído à Educação. Mesmo que os alunos apresentem características diferenciadas decorrentes não apenas de deficiências, mas, também, de condições sócio-culturais diversas e econômicas desfavoráveis, eles terão direito a receber apoios diferenciados daqueles normalmente oferecidos no contexto da escola regular. Esse novo ponto de vista sinaliza para a necessária revitalização dos Projetos Políticos Pedagógicos das escolas e da provisão de recursos, materiais, técnicos e tecnológicos pelos Sistemas de Ensino, conforme prevê a Deliberação nº 02/03 – CEE.

Com este propósito, busca-se que o processo de inclusão educacional seja efetivo, assegurando o direito à igualdade com equidade de oportunidades. Isso não significa um modo igual de educar a todos, mas uma forma de garantir os apoios e serviços especializados para que cada um aprenda, resguardando-se suas

singularidades.

É partindo desse princípio que entendemos que embora a escola regular seja o local preferencial para a promoção da aprendizagem e inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais (e para isso estamos trabalhando), há uma parcela de alunos que, em função de seus graves comprometimentos ou necessidade de comunicação diferenciada, requer atenção individualizada e adaptações curriculares significativas, e que necessitam que seu atendimento seja realizado em classes ou escolas especiais. Mesmo nesses casos, não há que se perder de vista a necessidade de um trabalho conjunto e interligado que se concretize interdisciplinarmente na aprendizagem do aluno, de modo a não se caracterizarem dois processos distintos e desvinculados, ou seja, duas 'educações': a regular e a especial (CARVALHO, 2000)³.

A garantia da escola pública para todos significa dar acesso àqueles que a ela se reportam. Apenas a matrícula não garante a permanência do aluno na escola. A cultura escolar deverá permitir ao educando um transcurso contínuo e progressivo no Estabelecimento de Ensino, com apresentação de resultados positivos de aprendizagem.

O processo de inclusão educacional exige planejamento e mudanças sistêmicas político-administrativas na gestão educacional, que envolvam desde a alocação de recursos governamentais até a flexibilização curricular que ocorre em sala de aula, conforme é preceituado na Declaração nº 02/03 – CEE, nos seguintes artigos:

Art. 11. Para assegurar o atendimento educacional especializado os estabelecimentos de ensino deverão prever e prover:

VI – flexibilização e adaptação curricular, em consonância com a proposta pedagógica da escola.

Art. 22. A organização da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino deverá tomar como base as normas e diretrizes curriculares nacionais e estaduais atendendo ao princípio da flexibilização.

§ 1º. As escolas devem garantir na proposta pedagógica a flexibilização curricular e o atendimento pedagógico especializado para atender as necessidades educacionais especiais de seus alunos.

Ressalta-se que, cada sujeito é um elemento fundamental na trama que constitui a rede que sustenta o processo inclusivo. Certamente, não podemos esperar que todos os requisitos necessários estejam prontos para que a inclusão se concretize, de

fato. Do mesmo modo, não podemos estabelecer, por meio de um decreto governamental, que ela se transforme em realidade, como em um passe de mágica, do dia para a noite.

Neste momento de transição de paradigmas, não podem ser descartadas as conquistas já consolidadas pelas pessoas com necessidades educacionais especiais e seus familiares, como o direito à educação escolar, à reabilitação e à assistência social, sendo que as estruturas existentes, fruto de investimentos anteriores, devem ser respeitadas por representarem um valor histórico indiscutível na complexa rede de realizações que constituem o sujeito social.

Portanto, faz-se necessário um enfoque amplo e abrangente, com implementação de políticas e desenvolvimento de novas ações capazes de ultrapassar os níveis atuais dos recursos institucionais, dos sistemas convencionais de ensino e dos currículos, para a construção de espaços educacionais inclusivos, embasados em experiências exitosas das práticas já existentes, pois a “inclusão educacional não é uma ação da Educação Especial. É da escola comum. Implica em transformar a Educação Comum no seu conjunto e, assim, deveremos transformar a Educação Especial para que contribua de maneira significativa ao desenvolvimento de escolas de qualidade para todos. Não poderemos impulsionar a inclusão a partir da Educação Especial; esse é um desafio da escola comum” (Blanco, 1998, p.5).

O Paraná está fazendo uma inclusão educacional responsável, por entender que esta não pode ser dissociada dos demais aspectos básicos de responsabilidade de todos os outros segmentos sociais, que inter-relacionados fortalecerão os sentimentos éticos e de cidadania da população paranaense.

Para incluir (inserir, colocar em) um aluno com características diferenciadas numa turma dita comum, há necessidade de se criar mecanismos que permitam, com sucesso, que ele se integre educacional, social e emocionalmente com seus colegas e professores e com os objetos do conhecimento e da cultura. (Carvalho, 2004, p. 158).

Assim, entendemos que estamos respeitando o direito constitucional da pessoa com necessidades educacionais especiais e de sua família, na escolha da forma de educação que melhor se ajuste às suas necessidades, circunstâncias e aspirações, promovendo, dessa forma, um processo de inclusão responsável e cidadã.

A escola precisa ter claro sua filosofia e seus objetivos bem definidos adaptando-se às necessidades dos alunos e para isso, destaca-se a necessidade de um

currículo em que a flexibilidade, a abertura a autonomia e a adequação configurem-se como seus aspectos definidores, pois todos os alunos têm direitos de que lhes sejam oferecidas as oportunidades educacionais nas condições mais desafiadoras e favoráveis possíveis. Esse é o processo de inclusão, benéfico tanto aos alunos com necessidades especiais, quanto aos outros alunos, já que aprendem numa metodologia mais interativa, dispõem de mais recursos e adquirem atitudes de respeito e solidariedade.

O processo de inclusão depende das possibilidades do indivíduo e, em grande parte, da adaptação das instituições a essas possibilidades. As inclusões comunitárias pressupõem mudanças significativas na estrutura social e nas atitudes dos cidadãos.

A educação inclusiva significa a previsão de oportunidades equitativas, ou seja, iguais para todos os estudantes. Incluir inclusive os casos mais severos bem como àqueles mais dotados.

Mas para a inclusão acontecer na prática do nosso dia-a-dia em nosso estabelecimento escolar é necessário que muitas coisas ocorram desde a eliminação das barreiras arquitetônicas a viabilização de uma constante capacitação aos professores e todos aos funcionários e apoio de uma equipe especializada, propiciar o mobiliário necessário e espaço físico necessário e adequado.

Através da Secretaria de Estado da Educação está sendo viabilizado o primeiro passo da inclusão na sala de apoio para as 6º ano e a sala de recursos que atenda a todos os alunos do Ensino Fundamental que apresentam dificuldades de aprendizagem.

10.12 Educação do Campo

A Educação do Campo tem sido historicamente marginalizada na construção das políticas públicas.

A Educação para a população do campo é trabalhado a partir de um currículo essencialmente urbano e geralmente deslocado das necessidades e da realidade do campo.

A Cultura, os saberes, da experiência, o contexto do cotidiano dos povos do campo, não são levados em consideração e raramente servem como referencia para o trabalho pedagógico, bem como para a organização no sistema de ensino, a formação de

professores e a produção de material didático.

Essa visão, que tem permeado as políticas educacionais, parte do princípio que o espaço urbano serve de modelo ideal para o desenvolvimento humano. Essa perspectiva contribui para a descaracterização da identidade do povo do campo, no sentido de se distanciarem do seu universo cultural.

Essa lógica faz parte de um modelo de desenvolvimento econômico capitalista, baseado na construção de renda; na migração do trabalhador rural para as cidades, atuando como mão de obra barata, nas grandes propriedades e na agricultura para exportação, que compreende o Brasil apenas como um mercado emergente, predominantemente urbano e que prioriza a cidade e detrimento do campo.

Pretende-se o desenvolvimento de uma educação que seja crítica, cuja característica central é a problematização dos conhecimentos. Problematizar implica discutir os conteúdos de forma a gerar indagações e não de forma enciclopédica e mecânica. Para tanto, na educação do campo o tema questão agrária é essencial para que a compreensão das determinantes que levaram a educação do campo a estar historicamente marginalizada nas políticas públicas.

“É uma educação que deve ser no e do campo – No, porque “o povo tem o direito de ser educado no lugar onde vive”; Do, pois “ o povo tem direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com a sua participação vinculada á sua cultura e as suas necessidades humanas e sociais”. (CALDART, 2002, p.26).

Tendo em vista essa necessidade da formação integral dos povos do campo em todos os níveis e modalidades de ensino como sendo um direito de todos é que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9394/96 faz reconhecimento da diversidade em seu artigo 28 estabelecendo normas para a Educação do Campo.

A concretização destas normas estabelece critérios da Educação do Campo que vem sendo oferecidas, no Paraná, através da inserção das Casas Familiares Rurais em parceria com o governo do Estado através da Pedagogia da Alternância. É nesse contexto que, nos últimos anos, têm surgido diferentes experiências educacionais no meio rural no intuito de desenvolver uma efetiva e profunda experiência de Educação do Campo, que tem como fundamento o desenvolvimento.

O principal objetivo das Casas Familiares Rurais é proporcionar aos filhos e

filhas de agricultores uma formação integral adaptada à realidade agrícola regional. Esse espaço educativo visa possibilitar a permanência do jovem no campo com dignidade e qualidade de vida, consolidando a sua vocação e viabilizando a atividade como profissão (ARCAFAR-SUL, 2000).

A Casa Familiar Rural de Sulina não é uma entidade isolada, pertence a uma rede denominada CEFFA's ou Centros Familiares de Formação por Alternância que, no Sul do Brasil, são coordenados pela Associação Regional das Casas Familiares Rurais do Sul do Brasil (ARCAFAR-SUL) e que já têm uma história consolidada.

Neste contexto, busca-se articular os conteúdos sistematizados com a realidade do campo através da Pedagogia da Alternância que se constitui em um processo de formação que combina e articula períodos de vivência no meio escolar e no meio familiar. Alterna-se, assim, a formação agrícola na propriedade com a formação teórica geral na escola que, além das disciplinas básicas, engloba uma preparação para a vida associativa e comunitária. Na articulação entre os dois tempos e espaços da formação, são utilizadas diversas estratégias pedagógicas, denominadas Instrumentos da Pedagogia da Alternância, como: Plano de Estudo; Contato Individual, Colocação em Comum, Caderno de Alternância; Visitas de Estudos; Visitas às famílias e Projeto Profissional de Vida do Jovem (SILVA, 2008).

Entender o campo como modo de vida social contribui para auto afirmar a identidade dos povos do campo, para valorizar seu trabalho, a sua historia, o seu jeito de ser, os seus conhecimentos, a sua relação com a natureza e com o ser da natureza trata-se de uma valorização que deve se dar pelos próprios povos do campo, numa atitude de recriação. (DCE, Ed. Do Campo, 2006, p. 24).

10.13 História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

A complexidade das relações raciais na sociedade brasileira foi construída com base no processo de escravização de africanos.

Cabe ao Estado e a sociedade tomar medidas para ressarcir os descendentes de africanos negros, dos danos psicológicos, materiais, sociais, políticos e educacionais sofridos sob o regime escravista.

Políticas de reparações voltadas para educação dos negros devem oferecer garantias a essa população de ingresso, permanência e sucesso na educação escolar, de valorização do patrimônio histórico – cultural afro-brasileiro, de aquisição das

competências e dos conhecimentos tidos como indispensáveis para continuidade dos estudos, de condições para alcançar todos os requisitos tendo em vista a conclusão de cada um dos níveis de ensino, bem como para atuar como cidadãos responsáveis e participantes, além de desempenharem com qualificação uma profissão.

A demanda da comunidade afro-brasileira por reconhecimento, valorização e afirmação de direitos, no que diz respeito a educação, passou a ser particularmente apoiada com a promulgação da Lei 10.639/2003 que alterou a Lei 9.394/96, estabelecendo a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira e africana.

Reconhecimento implica justiça e iguais direitos sociais, civis, culturais e econômicos, bem como, a valorização da diversidade daquilo que distingue os negros dos outros grupos que compõem a população brasileira. E isto requer mudanças nos discursos, racionais, lógicos, gestos, posturas, modo de tratar as pessoas negras. Requer também que se conheça a sua história e cultura apresentadas. Reconhecimento requer a adoção de políticas educacionais e de estratégias pedagógicas de valorização de diversidade, a fim de superar a desigualdade étnico-racial presente na educação escolar brasileira nos diferentes níveis de ensino.

Quando a sociedade de alguma forma dá mostras de que determinados conceitos ou valores estão em falta nas relações sociais, fica para a escola a função de organizar eventos, projetos ou semanas para a recuperação desses valores. Cabe enfatizar que o princípio estruturado das ações e projetos pedagógicos é a igualdade como base. A igualdade pressupõe semelhanças e diferenças, mas não contempla a inferioridade, que é a marca do preconceito e da discriminação racial. É preciso crer que as diferenças encontradas nos indicadores sócio-econômicos em relação à população não branca, evidenciam apenas a falta de oportunidades e de acesso, e não a falta de capacidades e competências.

Somos todos humanos: esta é a verdade que a antropologia revela, demonstrando também que o conceito de raça do ponto de vista antropológico é uma construção social.

Dessa perspectiva, não existem raças humanas diferenciadas que devem ser dispostas numa escala de inferior a superior. É essa visão que precisamos ultrapassar nos programas curriculares, nas pesquisas e escolha de conteúdo.

O status de igualdade será conseguido quando o professor estiver atento

para contemplar alunos negros e brancos, democraticamente, nas pequenas atividades do dia-a-dia, através do que chamamos instrumentos ou ferramentas pedagógicas. Contar histórias em que apareçam crianças negras como protagonistas vivendo situações cotidianas, procurar imagens de famílias negras, profissionais negros, políticos, escritores, cientistas negros, para estar lado a lado dos brancos já colocados nos murais e estudos escolares, são procedimentos que podem ser adotados. É preciso naturalizar a igualdade para se opor à naturalização da diferença como inferioridades, que é o que sustenta o preconceito. A escola e os professores não podem ter medo de constatar procedimentos inadequados à formação positiva da identidade de seus alunos negros e mestiços e, na contra partida, dos alunos brancos.

A Lei deixa claro, a obrigatoriedade do ensino de conteúdos sobre a matriz negra africana na constituição da nossa sociedade no âmbito de todo o currículo escolar e sugere as áreas de História, Literatura e Artes, como especiais para o tratamento desse conteúdo, tanto no Ensino Fundamental como no Ensino Médio.

10.14 História e Cultura Indígena

As políticas educacionais atuais para a realidade indígena partem dos fundamentos legais e conceituais presentes na Constituição de 1988, que colocou sobre novas bases os direitos indígenas. São direitos constitucionais dos povos indígenas o reconhecimento e a garantia de seus territórios, de suas formas de organização social e de sua produção sociocultural e do reconhecimento dos processos próprios de aprendizagem.

Formular e programar políticas educacionais a partir do reconhecimento e valorização da sociodiversidade significa enfrentar grandes desafios com ênfase na relação entre sociedade, cultura e escola. Do ponto de vista legal, os povos indígenas se organizam socialmente de formas diferenciadas, tem uma identidade étnica, são portadores de conhecimentos, valores, tradições e costumes próprios e transmitem esse universo de significados culturais para as gerações mais novas por meio de processos próprios de aprendizagem.

A educação escolar indígena e sua implementação como política de garantia de direitos exige a formulação de políticas, programas e ações específicas e o

exercício de uma gestão flexível e conhecedora das peculiaridades de cada povo indígena.

10.15 Avaliação

Refletir sobre a prática pedagógica da Avaliação, visando à melhoria do processo educacional, é um pressuposto básico para que a educação pública, com a qual estamos envolvidos, dê um salto de qualidade.

Pedro Demo, na introdução de seu livro *Mitologia da Avaliação*, diz que:

“A avaliação só faz sentido se favorecer a aprendizagem. Todavia, não se realiza aprendizagem qualitativa, sem avaliar. Quando se combate o tom classificatório, [...] pretende-se, no fundo, superar abusos da avaliação, no que estamos todos de acordo, mas não se poderia retirar daí que avaliação, de si, não é fenômeno classificatório. Será mister distinguir acuradamente entre abusos da classificação, de teor repressivo, humilhante e punitivo, e efeitos classificatórios implicados em qualquer processo avaliativo, também quando dito qualitativo”. (2002, p. 2-3)

A avaliação deve constituir-se numa prática emancipatória e pressupõe tomada de decisão. O professor avalia o processo, toma decisões necessárias para corrigir o que está falho e procura melhorar o que já está bom. O aluno toma conhecimento dos resultados de sua aprendizagem e organiza-se para as mudanças necessárias, visando um melhor desempenho, através de seu empenho, e da interação com o professor e o seu grupo.

A avaliação deve ter a função diagnóstica, permanente e contínua, ser um mecanismo para se obter informações necessárias sobre o desenvolvimento da prática pedagógica para a intervenção e reformulação desta prática e dos processos de aprendizagem.

Avaliação Diagnóstica: tem como objetivo a análise de conhecimentos que o aluno deve possuir num dado, momento, para poder iniciar novas aprendizagens. Este dado momento pode ocorrer em qualquer período, desde que se esteja no início de uma nova unidade do programa. A avaliação diagnóstica permite que se faça um prognóstico, isto é, permite-nos prever os resultados a atingir. Assim, um prognóstico mal realizado

poderá fixar metas demasiado elevadas ou baixas para os alunos.

Avaliação Formativa: é, a modalidade de avaliação a que se dá mais atenção. Está presente na LDB. Desempenha uma função semelhante à avaliação diagnóstica (por isso alguns autores não fazem a sua separação) e acontece sempre que o professor entender conveniente, no decurso do processo de aprendizagem, identificando aprendizagens bem sucedidas e as que apresentaram dificuldades, para que se possa reorientar o trabalho com estas últimas, possibilitando a todos os alunos a proficiência desejada. Há, ainda, confusão entre avaliação formativa e avaliação contínua. Entretanto, o fato de ser contínua, embora seja condição necessária, pode não ser suficiente, pois é indispensável que seja formativa, isto é, que a informação produzida seja reinvestida na melhoria do processo pedagógico. A avaliação contínua não pode ser resumida a afirmativas do tipo: “faço provas a cada semana”. Em síntese, podemos dizer que a avaliação formativa serve: ao professor para, através das informações colhidas, reorientar a sua prática; ao aluno para que compreenda a aprendizagem não como um produto de consumo mas um produto a construir, e de que ele próprio tem um papel fundamental nessa construção.

*Avaliação Somativa: é periódica e acontece no final de período, ciclo ou ano. Seu objetivo é aferir resultados que foram recolhidos por avaliações formativas e obter indicadores que permitam aperfeiçoar o processo de ensino. Enquanto que a avaliação formativa é interna ao processo, e mais centrada sobre o estudante do que sobre o produto acabado, a avaliação somativa privilegia os resultados. A sua função é mais de certificação para comprovar o tipo de eficácia do programa educativo conduzindo à sua continuidade, alteração ou suspensão. A avaliação somativa deve ser criteriosa, clara, transparente e servir também para que o sistema (escola e professor) se confronte, constantemente, com a medida da sua ineficácia. A avaliação somativa complementa, assim, um ciclo de avaliação em que se foram já utilizadas a avaliação diagnóstica e formativa, trazendo a todo o processo as seguintes contribuições: revelar que já foram conseguidas, aprendizagens que o aluno anteriormente não possuía e que não foram consumadas outras aparentemente adquiridas; alerta para matérias mais difíceis de assimilar, para estratégias que não foram inteiramente eficazes ou para um tempo de aprendizagem que se revelou insuficiente, contribuindo deste modo para o aperfeiçoamento do ensino e o sucesso da aprendizagem. Constitui, assim, um

instrumento valioso na tomada de decisões sobre opções curriculares ou sobre inovações educativas. Em suma, a função da avaliação somativa é posicionar o aluno em relação ao cumprimento dos objetivos. Por conseguinte, a finalidade deste tipo de avaliação é a tomada de decisões sobre apoios e complementos educativos e regime de progressão do aluno.

A avaliação não pode ser vista ou analisada fora do contexto do trabalho de ensino e aprendizagem, fora da organização curricular. Ela é ação constituinte desse trabalho e dessa organização. Por isso é que não há sentido num processo avaliativo que não seja contínuo e formativo.

Celso Vasconcelos, em entrevista concedida à revista Nova Escola, em dezembro de 2000, nos diz que:

A primeira questão a ser feita é: avaliar para quê? Para localizar a necessidade do aluno a para atender à superação. Quando então temos um aluno, ou vários, que não estão acompanhando, é preciso parar para atendê-los. É elementar. Quando a dificuldade é localizada, o professor precisa se comprometer com a busca de uma estratégia e com a superação da barreira. (1998, s/d)

Refletir sobre essas questões deve nos levar à conclusão que não podemos conceber a avaliação escolar se não for à perspectiva de ensinar, de garantir acesso ao conhecimento, de promover, de incluir o aluno. Se o processo de avaliação resultar na exclusão social, aquela mesma que afasta os estudantes da escola, então a avaliação desvirtuou seu rumo e perdeu a razão de ser dentro da escola.

Uma boa avaliação é aquela em que o aluno também aprende. A auto-avaliação quando o aluno avalia a si próprio, é uma ótima estratégia de aprendizagem e construção da autonomia, facilitando a tomada de consciência dos avanços, dificuldades e possibilidades.

Os critérios de avaliação expressos nas Diretrizes Curriculares Nacionais representam as aprendizagens essenciais ao final do ciclo e possível à maioria dos alunos submetidos às condições de aprendizagem propostas.

O acesso ao conhecimento é um benefício social a que toda a criança tem direito e é a razão de ser da própria escola. Quando esta simplesmente classifica e separa, os que consideram mais capazes de prosseguir os estudos nas séries subseqüentes acabam penalizando justamente os que mais precisam dela. Os alunos pertencentes às classes sociais mais desfavorecidas e mais distantes da cultura escolar.

O desejo de padronizar o acesso ao conhecimento, supondo uma condição única para todos os alunos, significa tratar a todos da mesma forma, na perspectiva de que todos devem ter o mesmo ritmo de trabalho, com o mesmo livro, o mesmo material, adquirir os mesmos conhecimentos, ao mesmo tempo, fazer as mesmas provas, também ao mesmo tempo. Além disso, a classificação não pedagógica acaba aferindo “pontos” com base em critérios não explicitados e fundamentados em atitudes como atenção, disciplina, docilidade, assiduidade, pontualidade, criatividade, participação, etc.

Se acreditarmos que “toda a proposta curricular contém, mesmo que de forma subjacente nas suas entrelinhas, um projeto de homem e um projeto de Sociedade”(Silveira Filho, 1981), então sabemos que o processo de avaliação com o qual trabalhamos estará, também, permeado por esta concepção.

É sobre isto que professores direção e equipe pedagógica precisam refletir estudar, para construírem, juntos, um trabalho que, na autonomia possível, identifica a Escola.

Se tivermos clareza sobre o homem que queremos formar e a sociedade que queremos construir, isto estará refletido na maneira como avaliamos nossos alunos e nosso trabalho e no modo como apresentamos à comunidade os resultados que alcançamos.

Segundo o fascículo Raízes e Asas, publicado pelo CENPEC (Centro De Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária).

A escola visa proporcionar ao aluno a educação básica a que todo cidadão tem direito e, portanto, a exclusão é uma violência a esse direito. A avaliação deve servir para subsidiar a tomada de decisões em relação à continuidade do trabalho pedagógico, não para decidir quem será excluído do processo. ”(s/d)

A avaliação deve ser um instrumento participativo para a melhoria da

qualidade da escola.

11. Critérios de Organização Interna da Escola

11.1 Modalidades de Ensino

O Colégio Estadual Nestor de Castro oferece o Ensino Fundamental de 6º ao 9º ano e Ensino Médio, sendo que o Ensino Fundamental funciona no turno matutino e vespertino e está estruturado em nove turmas. O Ensino Médio funciona no período matutino com duas turmas, no vespertino com uma turma e no noturno com três turmas.

Os projetos extracurriculares ofertados são: Sala de apoio de matemática e de português de 6º e 9º ano, Sala de apoio a aprendizagem, Aprofundamento a aprendizagem Ensino Fundamental e Ensino Médio e Esporte e Lazer, em conformidade as necessidades da escola durante o período letivo.

O Colégio oferece ainda sala de recursos e CELEM (Espanhol Básico), Mantém sua organização em anos e opção pelo currículo disciplinar.

Horário de entrada no período da manhã é das 07h25min às 11h35min, à tarde das 13h00min às 17h10min, à noite 18h50min às 22h45min.

Esta Instituição é composta por 412 alunos, divididos em 18 turmas, o quadro de docentes é composto por 39 professores, Equipe de apoio técnico pedagógico 15 pessoas.

11.2 Desafios Educacionais

A construção da cidadania pede uma prática educacional voltada para compreensão da realidade social e dos direitos e responsabilidades em relação à vida pessoal e coletiva.

Os temas sociais contemporâneos são questões importantes, urgente e presentes sob várias formas na vida cotidiana. O desafio que se apresenta para as escolas é o de possibilitar o seu debate e a reflexão sobre os temas. Isso não significa que seja necessário criar novas disciplinas, mas que temas sejam incorporados nas áreas já existentes e no trabalho educativo da escola.

A educação para a cidadania requer que questões sociais sejam apresentadas para a aprendizagem e a reflexão dos alunos, buscando um tratamento didático que contemple sua complexidade e sua dinâmica, dando-lhes a mesma importância das áreas convencionais. Com isso, o currículo ganha em flexibilidade e abertura, uma vez que os temas podem ser priorizados e contextualizados de acordo com as diferentes realidades locais e regionais e que novos temas sempre podem ser incluídos.

O conjunto de Temas Desafios Educacionais contemporâneos propostos pela secretaria da educação: Educação ambiental, Educação fiscal, Enfrentamento à violência na escola.

Prevenção ao uso indevido das Drogas, História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena e Sexualidade. Por serem questões sociais devem ser desenvolvidas em todas as áreas do ensino. Tratam de processos que estão sendo intensamente vividas pela sociedade, pela comunidade, pelas famílias, pelos alunos e educadores em seu cotidiano. São debatidas em diferentes espaços sociais, em busca de soluções e de alternativas, confrontando posicionamentos diversos. São questões urgentes que interrogam sobre a vida humana, sobre a realidade que esta sendo construída e que demandam transformações em mudanças de atitudes pessoais, exigindo, portanto, ensino e aprendizagem de conteúdos a essas dimensões.

Nas várias áreas do currículo escolar existem, implícita ou explicitamente, ensinamento a respeito dos temas sociais contemporâneos e sua complexidade faz com que nenhuma das áreas isoladamente, seja suficiente para desenvolvê-las, ao contrário, a problemática dos temas permeia os diferentes campos do conhecimento.

Falar em violência nos dias de hoje não possibilita uma resposta a qual possa elucidar ou justificar esse fenômeno tão simplesmente. Deve-se considerar uma gama de fatores que contribuem para a sua existência. Não há até o momento atual, uma pesquisa que forneça dados numéricos cientificamente comprovados sobre a violência nas escolas. Entretanto, os educadores sabem, pela experiência que lhes é somada no dia-a-dia escolar, que as escolas estão trabalhando, ensinando e aprendendo, e formando seus alunos. Os atos de violência acontecem, o número deles aumentou nas duas últimas décadas, como também aumentou o número de escolas e maior se tornou a população numericamente. É sabido que um acontecimento que se manifesta em uma dimensão

mais profunda do que das ocorrências cotidianas nas mais de 2100 escolas estaduais, ao se tornar notícia, assumiu, muitas vezes, a bandeira simbólica da violência, e, por uma questão de generalização, todas as escolas passam a ser vistas sob a perspectiva da “escola violenta”, incorporando-se ao imaginário social um modelo não condizente com a realidade.

“Violência nas escolas: explicitações, conexões”, apontam a importância da clareza dos propósitos da escola e para uma relação de comprometimento com uma identidade institucional forte, em que se entrelaçam ações coletivas para a superação da desvalorização da escola e conseqüente violência.

“A violência na escola” discorre sobre pesquisas que foram feitas sobre a violência e que podem incidir em maior clareza às tentativas de resolvê-la. Trata, com propriedade, das diversas expressões sociais que se projetam sobre a violência escolar e o repensar e agir constante para o desenvolvimento das ações pedagógicas.

“Violência nas escolas: quando a vítima é o processo pedagógico” nos aproxima do olhar sociológico e discorre sobre um fenômeno chamado “síndrome do contágio da violência via mídia”. Indaga se a violência está realmente crescendo, ou se, por acaso, não é uma projeção da mídia. Refere-se, também, às influências de uma ampla transformação que está acontecendo na sociedade, e aponta mudanças demográficas e econômicas que influenciam para aumentar a violência. É de grande importância a abordagem sobre as relações do adolescente.

“Os desafios da proteção integral no âmbito escolar” atrela à escola a função de instruir, formar e garantir os direitos da criança e do adolescente. Discorre sobre artigos do Estatuto da Criança e do Adolescente e de outros documentos pertinentes. Traz à tona várias questões sobre violência, entre elas a que se manifesta sob a forma de “bullying”. Enfatiza a instituição escolar também como espaço importantíssimo de defesa dos direitos de crianças e adolescentes referente à violência doméstica e ao abuso sexual intrafamiliar.

“Violência escolar e a relação com o conhecimento e a prática docente” aborda a violência sob o aspecto do processo sócio-histórico que se constitui por meio de

contradições. Observa que cada momento histórico apresenta características e forma próprias de produzir violência. Compreende que o papel da escola está concentrado no ensinar e aprender e que a superação da violência requer um trabalho coletivo e uma gestão democrática.

Trata-se de relacionar a discussão sobre a violência nas escolas – problema atual, sobre o qual se debruçam especialistas das mais diversas áreas – com a discussão sobre a função da escola e suas possibilidades de educar na sociedade contemporânea. Sugere-se que a violência no âmbito do cotidiano escolar pode ser tratada a partir da clareza que se tenha sobre nosso lugar como educadores e da importância da escola como instituição realizadora do direito à educação.

A percepção da violência no meio escolar muda de acordo com o olhar pelo qual esse meio é abordado. No passado, as análises recaíam sobre a violência do sistema escolar, especialmente por parte dos professores contra os alunos (punições e castigos corporais). Na literatura contemporânea, sociológica, antropológica, psicológica e outros especialistas privilegiam a análise da violência praticada entre alunos ou de alunos contra a propriedade (vandalismo) e em menor proporção, de alunos contra professores e de professores contra alunos.

Charlot Dupâquier classifica a violência em três níveis:

1 – Violência – referente a golpes, ferimentos, violência sexual, crimes, vandalismos.

2 – Incivilidade – humilhações, palavras, grosserias, descuido com asseio em áreas coletivas, falta de respeito, intimidação física e verbal, delitos contra objetos e propriedades, ostentação de símbolos de violência.

3 – Violência Simbólica – falta de sentido de permanência na escola, tanto de aluno quanto de professor.

Assim para a autora, “violência é todo ato que implica a ruptura de um nexo social pelo uso da força.” nega-se assim a possibilidade da relação social que se instala pela comunicação, pelo uso da palavra, pelo diálogo e pelo conflito. (Sposito, 1998:60).

São muitos os tipos analisados e considerados comuns. Na literatura norte-americana, o olhar recai sobre gangues, xenofobia e bullying (abuso físico ou psicológico contra alguém que não é capaz de se defender).

Na Europa (França) estudam-se as incivilidades no meio escolar, as quais se

referem a:

Delitos contra objetos e propriedades (quebra de portas e vidraças, danificação de instalações, etc.).

Intimidações físicas (empurrões, tomar lanche etc.) e verbais (apelidos, injúrias, xingamentos e ameaças).

Descuido com áreas coletivas (banheiros e refeitórios).

Ostentação de símbolos de violência.

Adoção de atitudes para provocar medo (poder de armas, posturas sexistas).

Alguns atos ilícitos como porte de armas, porte e consumo de drogas.

Assim professores não vêem, não reclamam e as vítimas não são identificadas. Como exemplo, temos as manifestações de racismo existentes e banalizadas pelas escolas.

Para compreender o fenômeno das diversas violências nas escolas, convém recorrer a aspectos relativos tanto ao interior quanto ao exterior das escolas como características das vítimas e dos agressores assim como as diferentes instituições e ambientes pelos quais os estudantes circulam.

Aspectos exógenos à considerar: questões de gênero (masculinidade/feminilidade); relações raciais (racismo, xenofobia); situações familiares; influência dos meios de comunicação, espaço social das escolas.

Entre os aspectos ou variáveis endógenas, deve-se levar em conta: a idade e a série ou nível de escolaridade dos estudantes; as regras e a disciplinas dos projetos pedagógicos das escolas, assim como impacto do sistema de punições; a perda de prestígio e o comportamento dos professores em relação aos alunos e a prática educativa em geral.

A vulnerabilidade negativa da escola a várias violências macrossociais viria aumentada também sua perda de legitimidade como lugar de produção e transmissão de saberes, quando contraposta ao alcance social, ampliação do escopo e do acesso de novos meios de formação.

A contribuição da sociologia, da ciência política, da psicologia, das ciências da educação e da justiça criminal, é defendida por vários autores numa perspectiva de abordagem transdisciplinar. É justamente por complexidade e multiplicidade da facetas

que a compreensão do fenômeno das violências nas escolas impõe o desafio de uma ótica transdisciplinar, multidimensional e pluricausal.

O ambiente das escolas envolve: o entorno, o bairro na qual estão localizadas, as formas de segurança no trânsito (faixas de travessia de pedestres, condições das ruas, guardas de trânsito etc.), a estrutura física das escolas, o controle de entrada e saída de alunos e a qualidade das dependências físicas, que tornam mais ou menos vulnerável o acesso ao interior das escolas, descaracterizando o ambiente escolar como espaço seguro e protegido.

Pesquisadores têm procurado refinar o conceito de violência considerando a população alvo os jovens e o lugar da escola como Instituição.

Neste sentido, a literatura nacional contempla não apenas a violência física, mas acentua a ética, a política e a preocupação em dar visibilidade a violências simbólicas.

A violência, intervenção de um indivíduo ou grupo contra a integridade do outro e também contra si mesmo, abrange desde os suicídios, espancamentos de vários tipos, roubos, assaltos e homicídios, até a violência de trânsito disfarçada sob a denominação de “acidentes”, além das diversas formas de violência verbal, simbólica e institucional. Visto em um plano macro, está associado a pobreza, desigualdade social, falhas na comunicação, uso da razão, consentimento e diálogo, ao abuso de poderes, nas relações sociais como intimidações e desrespeito ao outro.

Nas escolas é exercida de forma sutil, mascarada na forma de discriminação às diferenças de vetar oportunidades, de impor conteúdos destituídos do interesse e da necessidade dos alunos. Neste contexto, a escola se destaca como Locus de violências simbólicas, muito mais difícil de ser percebida e muitas vezes oculta no próprio currículo escolar. A violência simbólica ao ser banalizada causa sentimentos e ressentimentos no ser humano. Interferindo em seu comportamento pessoal e social. A desvalorização e o não reconhecimento da dignidade alheia, agressões verbais e físicas, pressionar com notas, ignorar problemas, tratar mal, ridicularizar, provocar dor, medo, tristeza ou a baixa auto-estima, vandalismo, brigas no pátio e roubos, tais fatos sem intervenção na escola, estão ligados à má administração (diretores ausentes, omissos, autoritários), a falta de assiduidade e de compromisso dos professores com a formação dos alunos, e com a função social da escola. Da parte dos alunos a falta de pertencimento/compartilhamento do que é público, falta de disciplina e de compromisso.

As relações entre alunos influenciam em sua permanência na escola, pois ali eles desfrutam de convivência social e se ligam efetivamente uns aos outros, construindo a vivência cidadã. O esforço compreendido neste trabalho, ao trazer uma ampla visão sobre a situação de violência em diversas escolas, pretende ajudar na reflexão e na busca de medidas estratégicas para a superação das violências nas escolas.

A paz se constrói tão cedo quanto possível, no entanto, são necessários enfrentamentos com firmeza e competência pedagógica. Ações que possibilitem mobilizar o potencial criativo como ofertas de programa em contra turno, assegurar o desenvolvimento da auto-estima, promover a educação moral que se experimenta no convívio e garantir a apropriação aos conhecimentos historicamente construídos e socialmente necessários e sistematizados, imprescindíveis a emancipação dos sujeitos. Pode ser que a escola, hoje, não esteja acompanhando as mudanças da sociedade atual e por isso deva ser questionada, criticada e modificada para enfrentar os novos desafios.

“Se a guerra nasce na mente dos homens, também nela se pode e deve construir a paz.”

(UNESCO)

A sociedade contemporânea tem como características: o espaço (escassez); o tempo (marcado fundamentalmente pelo fato social) e a individualização (sujeito busca a satisfação dos seus desejos, sua segurança e proteção). Essa multiplicidade de fatores favorece a competição, o consumo de todo tipo de produtos e serviços e a perda do sentido de solidariedade e de alteridade. Esse fato contribui para que a cidade trace uma fronteira simbólica dividindo o espaço urbano em áreas espetaculares e áreas segregadas, criando mundos heterogêneos – ocupados por grupos sociais diferentes, de acordo com imagens construídas socialmente – e contribuindo para o surgimento de um estado constante de tensão propicia a violência. A violência, embora não seja uma forma específica de expressão na sociedade contemporânea, encontram na atualidade, dispositivos, ancorados na facilidade de comunicação, para que seja motivada e facilitada. O jovem disponível para experimentar novas situações e aventuras, forma o grupo mais vulnerável à violência (vítima) e ocupa o lugar de violento (culpado). Assim, é destacado pela mídia, pela sociedade civil, políticas públicas, sistema de controle e repressão.

Portanto, discutir a violência juvenil na sociedade contemporânea exige uma contextualização e uma análise cuidadosa desse grupo social.

11.3 Educação Fiscal

A sociedade mundial vive um momento de transformações estruturais: globalização, formação de blocos econômicos e revolução tecnológica. Atualmente, as mudanças ocorrem com tamanha velocidade que é necessária repensar constantemente as nossas atitudes, propiciando a inclusão social com vistas ao momento em que vivemos.

É nesse contexto que a Educação Fiscal se alinha em um amplo projeto educativo, com o objetivo de propiciar o bem social, conseqüentemente da consciência cidadã e da construção de conhecimentos específicos sobre direitos e deveres do cidadão.

A Educação Fiscal deve ser entendida como abordagem didático-pedagógico capaz de interpretar as vertentes financeiras da arrecadação e dos gastos públicos, de modo a estimular o contribuinte a garantir a arrecadação e o acompanhamento de aplicação dos recursos arrecadados em benefícios da sociedade, com justiça, transparência, honestidade e eficiência, minimizando o conflito de relação entre o cidadão contribuinte e o Estado arrecadador.

A Educação Fiscal tem por missão "Conscientizar a sociedade, através da escola da função sócio-econômica do tributo. Além disso, busca o despertar do cidadão para acompanhar a aplicação dos recursos postos à disposição da Administração Pública, tendo em vista o benefício de toda a população".

12. Princípios da Gestão Democrática

As instituições escolares vêm sendo pressionadas a repensar seu papel diante das transformações que ocorrem na sociedade, a nível mundial, decorrente de um conjunto de acontecimentos e processos, como: novos paradigmas produtivos, revoluções tecnológica, exclusão social, crise moral e ética e despolitização da sociedade. Diante destes desafios qual é o papel da escola hoje? Qual é o papel dos professores e como

proceder na gestão desta escola?

Gestar uma escola significa ser dotado de conhecimentos pedagógicos para compreender o processo educacional, compreender a função da escola, articular políticas de formação com a política de gestão, ter visão estratégica e possuir um novo olhar quanto à construção do Projeto Político Pedagógico, que é uma ferramenta que possibilita gestão democrática.

A participação é o melhor meio de assegurar a gestão democrática na escola, possibilitando o envolvimento de toda comunidade escolar na tomada de decisões e no funcionamento da organização social. Proporciona um maior conhecimento dos objetivos e metas, da estrutura organizacional e das relações da escola com a comunidade.

Uma gestão democrática participativa só acontece com sujeitos comprometidos com uma educação cujo objetivo é a construção da cidadania e transformação da sociedade.

12.1 Acesso e Permanência

A educação é um direito humano fundamental. Proporciona às crianças, jovens e adultos a capacidade necessária para refletir, fazer opções e viver melhor. Romper o círculo vicioso da pobreza é um elemento – chave para o desenvolvimento econômico e social.

A conferência Mundial sobre Educação para todos (Jonatien, Tailândia, 1990) deu grande prioridade à educação básica nos programas de desenvolvimento. Desde então, foram realizados progressos efetivos: cada ano se escolariza dez milhões de crianças a mais, e o índice de alfabetização de adultos tem chegado a ser de 85% entre homens e de 74% entre as mulheres.

Estas iniciativas tem se mostrado tímidas diante da realidade que nos mostram os dados, que evidenciam os desafios a serem enfrentados pelo Poder Público, pela sociedade e, de modo mais particular pelas comunidades, famílias e escola. A Exclusão da escola é uma forma perversa irremediável de exclusão social, por negar o direito a cidadania e reproduzir assim cada vez mais a ciranda da pobreza e marginalização, deixando estas crianças e jovens, sem perspectiva de futuro.

A garantia de acesso a permanência, dependem da solução de problemas

variados, dentre os quais destacam os ligados a repetência, que produz a distorção idade/série e evasão. As ações referentes à oferta de vagas são ainda necessárias, mas as políticas educacionais devem ir, além disso.

12.2 Formação Continuada para Educadores

O tema da capacitação continuada para os profissionais da educação ocupa, nos dias de hoje, importante espaço nas agendas das Secretarias de Educação a partir da ideia de que uma das formas de melhorar a educação pública brasileira é o investimento em formação do quadro do magistério com vistas a uma escola de qualidade.

O educador hoje precisa estar constantemente se aperfeiçoando para desempenhar tarefas específicas e de conjuntura global, que possibilitem uma prática pedagógica abrangente no desenvolvimento dos projetos.

A formação continuada dos educadores visa estimular uma perspectiva crítica - reflexiva que possibilite a busca de um investimento pessoal, livre e criativo e uma identidade profissional. Esta formação não acontece somente por acumulações teóricas adquiridas em cursos, mas também por interações pessoais e teóricas de experiências partilhadas entre os próprios docentes.

O saber fazer “teórico”, do professor, a sua competência profissional, constitui uma condição indispensável ao exercício da prática docente. A capacitação profissional do docente constitui um ponto crítico a ser destacado, quando se realizar procedimentos escolares menos eletistas e mais democráticos.

Preocupado em oferecer um ensino de qualidade o Colégio Estadual Nestor de Castro – EFM, através de seus educadores procura incentivar a capacitação. Para que esta formação seja uma realidade, que venha contribuir efetivamente na prática pedagógica, o Colégio oferece diferentes momentos de capacitação aos seus educadores como:

- Reuniões Pedagógicas Bimestrais;
- Reuniões mensais com professores e funcionários;
- Troca de experiências;
- Grupos de estudos;
- TV Paulo Freire;

- Capacitações da SEED;
- Seminários e simpósios;
- Palestras;
- Hora Atividade;
- Cursos;
- Portal Dia-a-dia da Educação

A formação continuada em serviço é uma necessidade, e para tanto é preciso que se garantam jornadas com tempo para estudo, leitura e discussões entre professores e equipe pedagógica, dando condições para que possam ter acesso às informações mais atualizadas na área de educação e de forma que os projetos educativos possam ser elaborados e reelaborados pela equipe escolar. Os professores devem ser profissionais capazes de conhecer os alunos, adequar o ensino à aprendizagem, elaborando atividades que possibilitem a ação reflexiva do aluno. É preciso favorecer e estimular o acesso dos professores às atividades culturais, como exposições, cinemas, espetáculos, congressos, seminários, como meio de capacitação e interação social.

Hoje no Estado do Paraná já se tem garantida a formação em serviço com o Programa de Desenvolvimento Educacional - PDE, que está integrado o às atividades de formação continuada em educação, disciplina a promoção do professor para o nível III da carreira, previsto no Plano de Carreira do Magistério, Lei Complementar Nº103 de 15 de março de 2004. É uma política pública que estabelece o diálogo entre os professores da educação superior e os da educação básica, através de atividades teórico-práticas orientadas, tendo como resultado a produção de conhecimento e mudanças qualitativas na prática escolar da escola. Proporciona ainda aos professores da rede subsídios teórico-metodológicos para o desenvolvimento de ações educacionais que resultem em redimensionamento da prática do professor.

12.3 Qualidades do Ensino Aprendizagem

Há uma situação de aprendizagem quando o sujeito mobiliza uma ou mais capacidades, fazendo que entrem em interação com suas capacidades, desenvolvida através de uma atividade chamada de estratégia.

As situações de aprendizagem podem aparecer fora de qualquer estrutura

escolar e de qualquer programação didática.

O Colégio Estadual Nestor de Castro – EFM vem desenvolvendo um trabalho pedagógico, que possibilita aos alunos a aquisição de conhecimentos exigidos pela sociedade tecnológica: aprender a aprender, aprender a conhecer aprender a conviver e aprender a ser.

Os docentes desta Escola mostram-se preocupados em impulsionar uma aprendizagem significativa no ato de aprender dos alunos, em todas as áreas, desenvolvendo projetos de integração entre as diversas disciplinas.

Quando as deficiências e dificuldades de aprendizagem surgem, procura-se saná-las de imediato, através da recuperação paralela com trabalhos extraclasse, sala de apoio, ajuda individualizada pelo professor, apoio da equipe pedagógica, tudo mediado pelo professor responsável.

Constantemente o corpo docente e a equipe pedagógica, conversam, trocam ideias e experiências, para avançar sempre mais na busca incessante de qualidade do processo ensino-aprendizagem.

O professor não ensina, ajuda o aluno a aprender. A avaliação da aprendizagem vai se caracterizar com o envolvimento de alunos e professores, num diálogo franco, no sentido de suprir as dificuldades encontradas no processo de aprendizagem.

13. Currículo da Escola Pública

Os currículos escolares são constituídos de um conjunto de disciplinas, sendo alguns campos do saber representado e outros não. Quais os critérios para que existam disciplinas ligadas ao conhecimento matemático, as Ciências Naturais, ao estudo da língua, a Geografia e a História? Porque o privilégio dessas áreas em detrimento da ciência social, da filosofia, por exemplo? Os critérios para a seleção dos campos do saber, representados no currículo escolar não são científicos. Poderia se argumentar sobre a obviedade da importância do conhecimento matemático e científico, assim como a língua materna. Se voltarmos, porém, aos anos 30 veremos que essa obviedade é uma construção histórica. A luta dos pioneiros da educação nova, para criar espaços curriculares para as ciências naturais e para maximizar o ensino da matemática mostra o quanto se modificou os nossos currículos ao longo dos anos.

Apesar de todas as mudanças, o currículo jamais perderá sua “especificidade”, se for enriquecido com atividades complementares, que na verdade são partes constitutivas do mesmo.

Hoje, a comunidade escolar deveria considerar o fato de que todo o conhecimento que se constrói no ato de educar, faz parte do currículo, independente do local onde ele acontece. É imprescindível compreender que uma disciplina ou atividade proposta emerge da conjunção dos múltiplos (aportes) do processo do conhecimento entendido como um contexto entre o homem e o mundo. O currículo desenvolvido (uma aula, por exemplo) não está efetivamente delimitado pelo que se costuma denominar “matéria de ensino”. Sua abrangência se estende muito além desse horizonte.

O posicionamento curricular de reconstrução social se atribui a tarefa de contribuir para uma educação que vise a transformação da ordem social urgente. O rol de conhecimento transmissível em sala de aula apoiar-se-ia, necessariamente, no “conjunto de situações problemáticas próprias da vida sócio política”. Estes surgiriam das circunstâncias vivenciadas pelos alunos na sua comunidade, como reflexo das interações humanas no mundo atual em constantes transformações.

14. Dinâmica do Currículo

O desenvolvimento dos processos cognitivos aponta para uma tendência de currículo, que enfatiza no estudante, a capacidade de resolução de problemas, sobrepondo a atitude investigativa e o pensamento reflexivo às informações decorrentes do conteúdo escolar, o aluno não é mero receptor de conteúdo, mas um ser individual, capaz de conseguir o seu próprio desenvolvimento a partir da dinâmica da aprendizagem. O problema do educador e do especialista do currículo é a identificação do mais destacado e eficiente processo educacional através do qual o aprendizado acontece.

Certamente a educação contemporânea deveria ir além da exclusiva consecução de habilidades cognitivas, instigando o aluno a “aprender a criar”. Sem esquecer, porém, o lado humano dos indivíduos, que envolve a integridade e a co-participação responsável dos cidadãos dentro da sociedade.

Saviani na sua *Pedagogia Histórico-Crítica*: primeira aproximação sem chegar a configurar uma proposta formal e condizente com as exigências da conformação

e dos componentes teórico básicos do currículo opina:

[...] tudo o que a escola faz, importante ou não, válido ou não, é currículo. Para evitar esse tipo de equívoco, propus recuperação da distinção entre curricular e extracurricular. Dessa forma, reservam-se para o termo currículo as atividades essenciais que a escola não pode deixar de desenvolver, sob pena de se descaracterizar, de perder a sua especificidade. As demais atividades, tais como as comemorações antes mencionadas, não sendo essenciais, definem-se como extracurriculares. Nessa condição elas só fazem sentido na medida em que possam enriquecer as atividades curriculares, não devendo, em hipótese alguma, prejudicá-la ou substituí-las. (Saviani, 1997, p. 118.)

Os docentes precisam separar o reducionismo com que é visto esta área da educação e pensar nas suas inter-relações com outras atividades.

Pensa-se, entretanto, que reduzir a atividade da escola à instância dos anseios do “eu” do educando, implicaria extrapolar os limites da atividade docente tendo em vista a variedade de turmas e alunos, que em muitos casos o professor tem sob a sua responsabilidade. Uma concepção que centraliza especificamente o currículo nas particularidades de cada aluno, perde com facilidade, a visão da amplitude do contexto educacional e a relação deste com a sociedade que a inclui e a condiciona.

A função da escola não é o ensinar, mas o aprender.

Seu compromisso é zelar pela aprendizagem, sendo o educador seu facilitador, associando teoria à prática. O uso das ferramentas tecnológicas torna-se uma necessidade. A escola deve ser um lugar “prazeroso” onde a aprendizagem acontece. Para promover esta mudança prazerosa, o conjunto dos agentes da educação, professores, orientadores, coordenadores, direção, funcionários, alunos, pais, precisam debater intensamente os chamados impasses pedagógicos, suas origens não podem ser impostas de cima para baixo, pela decretação de novos modelos e novas teorias. A construção das novas relações da nova estruturação conceitual, da nova escola, da nova metodologia, enfim, do novo plano de ação pedagógica, que tenha como princípio inspirador o movimento conceitual real do educando emancipado, da parceria mais significativa e importante da coletividade escolar e familiar.

15. Reflexão Sobre o Trabalho Pedagógico

A escola é o lugar da grande aventura que é o crescimento humano e

cultural da pessoa e, portanto, da comunidade inteira. Na escola encontramos respostas da inteligência e da razão, da curiosidade científica e da sensibilidade artística. Uma instância fundamental que questiona o senso da vida e os valores das coisas.

Segundo a Declaração Mundial sobre Educação para todos,

Cada pessoa, criança, jovem ou adulto, deve aproveitar as oportunidades educativas voltadas para satisfazer suas necessidades básicas de aprendizagem. Essas necessidades compreendem tanto os instrumentos essenciais para aprendizagem (como a leitura e a escrita, a expressão oral, o cálculo e a solução de problemas), quanto os conteúdos básicos de aprendizagem (como conhecimentos, habilidade, valores e atitudes), necessários para que os seres humanos possam sobreviver e desenvolver plenamente suas potencialidades, viver e trabalhar com dignidade, participar plenamente do desenvolvimento, melhorar a qualidade de vida, tomar decisões fundamentais e continuar aprendendo. A amplitude das necessidades básicas de aprendizagem e a maneira de satisfazê-las variam segundo cada país e cada cultura, mudam com o decorrer do tempo.

A disciplinarização do conhecimento corresponde à construção de uma escola também disciplinada, mas a forma como são conhecidas e construídas as disciplinas escolares tem suas especificidades que precisam ser pensadas.

O desenvolvimento dos processos cognitivos aponta para uma tendência de currículo que enfatiza, no estudante, a capacidade de resolução de problemas, sobrepondo a atividade investigativa e o pensamento reflexivo às informações decorrentes do conteúdo escolar, o aluno não é um mero receptor de conteúdo, mas um ser individual, capaz de conseguir seu próprio desenvolvimento a partir da dinâmica da aprendizagem e o problema do educador e do especialista do currículo é a identificação do mais destacado e eficiente processo educacional através do qual a aprendizagem acontece.

No momento em que o aluno procura a escola, sua disposição para aprender ou receber conteúdos é logo fomentada como de grande importância para que ele se de bem com a escola, com os professores e os colegas. Porém tão importante como a capacidade para receber conteúdos é o conhecimento que o aluno já tem quando ingressa na escola. Sua realidade é única, portanto diversa das demais. A escola valoriza esta diversidade dando espaço para que os alunos e professores manifestem o que pensam opinando sobre os mais variados assuntos.

O conhecimento primário de cada um é de grande importância na montagem do conhecimento geral e da identidade da escola como um todo.

Serão desenvolvidos projetos que levem os alunos à compreensão da história, sua identidade e sua forma de pensar. Outros projetos ajudarão os alunos a efetuar uma troca de conhecimentos, fazendo o uso convencional da língua e da forma culta de se comunicar.

Cada escola é única, com sua realidade, em seu contexto, criando assim a sua própria identidade.

A matriz Curricular do Colégio está Estruturada da Seguinte Forma:

**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DA EDUCAÇÃO**

MATRIZ CURRICULAR DO ENSINO FUNDAMENTAL

NRE: 23 - Pato Branco Sulina		MUNICÍPIO: 2684 –
ESTABELECIMENTO: 00176 Colégio Estadual Nestor de Castro – EFM		
ENDEREÇO: Rua João Inácio Thomas, 158		
TELEFONE: (46) 32441170 32441293		
ENTIDADE MANTENEDORA: GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ		
CURSO: 4039 ENSINO FUNDAMENTAL 6º / 9º ano		
TURNO: Manhã	MÓDULO: 40 SEMANAS	
ANO DE IMPLANTAÇÃO: 2012	FORMA: SIMULTÂNEA	

	DISCIPLINAS / ANOS	6º	7º	8º	9º
		BASE NACIONAL COMUM	ARTE	2	2
	CIÊNCIAS	3	3	3	3
	EDUCAÇÃO FÍSICA	3	3	3	3
	ENSINO RELIGIOSO *	1	1	-	-
	GEOGRAFIA	3	3	4	3
	HISTÓRIA	3	3	3	4
	LÍNGUA PORTUGUESA	4	4	4	4
	MATEMÁTICA	4	4	4	4
	Subtotal	23	23	23	23
PARTE DIVERSIFICADA	LEM – INGLÊS	2	2	2	2

	Subtotal	2	2	2	2

Geral	Total	25	25	25	25
--------------	--------------	----	----	----	----

Matriz Curricular de acordo com a LDB n° 9394/96.

*Ensino Religioso - Disciplina de matricula facultativa.

Sulina, 18 de agosto de 2011.

Direção.

**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DA EDUCAÇÃO**

MATRIZ CURRICULAR DO ENSINO FUNDAMENTAL

NRE: 23 - Pato Branco Sulina	MUNICÍPIO: 2684 –
ESTABELECIMENTO: 00176 Colégio Estadual Nestor de Castro – EFM	
ENDEREÇO: Rua João Inácio Thomas, 158	
TELEFONE: (46) 32441170 32441293	
ENTIDADE MANTENEDORA: GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ	
CURSO: 4039 ENSINO FUNDAMENTAL 6º / 9º ano	
TURNO: Tarde	MÓDULO: 40 SEMANAS
ANO DE IMPLANTAÇÃO: 2012	FORMA: SIMULTÂNEA

	DISCIPLINAS / ANOS	6º	7º	8º	9º
		BASE NACIONAL COMUM	ARTE	2	2
	CIÊNCIAS	3	3	3	3
	EDUCAÇÃO FÍSICA	3	3	3	3
	ENSINO RELIGIOSO *	1	1	-	-
	GEOGRAFIA	3	3	4	3
	HISTÓRIA	3	3	3	4
	LÍNGUA PORTUGUESA	4	4	4	4
	MATEMÁTICA	4	4	4	4
	Subtotal	23	23	23	23

PARTE DIVERSIFICADA	LEM – INGLES	2	2	2	2
	Subtotal	2	2	2	2

Geral	Total	25	25	25	25
--------------	--------------	----	----	----	----

Matriz Curricular de acordo com a LDB n° 9394/96.

*Ensino Religioso - Disciplina de matricula facultativa.

Sulina, 18 de agosto de 2011.

Direção.

**ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**

MATRIZ CURRICULAR – ENSINO MÉDIO

NRE: 23 - Pato Branco Sulina	MUNICÍPIO: 2684 -
ESTABELECIMENTO: 00176 Colégio Estadual Nestor de Castro – EFM	
ENDEREÇO: Rua João Inácio Thomas, 158	
FONE: (46) 32441170 32441293	
ENTIDADE MANTENEDORA: GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ	

CURSO: 0009 – ENSINO MÉDIO	TURNO : Noturno
ANO DE IMPLANTAÇÃO: 2011	MÓDULO: 40 SEMANAS
FORMA: Simultânea	

	DISCIPLINAS	SÉRIES		
		1 ^a	2 ^a	3 ^a
BASE NACIONAL COMUM	ARTE	-	2	2
	BIOLOGIA	2	2	2
	EDUCAÇÃO FÍSICA	2	2	2
	FILOSOFIA	2	2	2
	FÍSICA	2	2	2
	GEOGRAFIA	2	2	2
	HISTÓRIA	2	2	2
	LÍNGUA PORTUGUESA	3	3	2
	MATEMÁTICA	4	2	3
	QUÍMICA	2	2	2

	SOCIOLOGIA	2	2	2
	SUB -TOTAL	23	23	23
PARTE DIVERSIFICADA	LEM – INGLES	2	2	2
	*LEM-ESPANHOL	04	04	04
	SUB- TOTAL	06	06	06

TOTAL GERAL	29	29	29
--------------------	----	----	----

Matriz Curricular de acordo com a LDB n° 9394/96

* Disciplina de matricula facultativa ofertada ao aluno em turno contrario CELEM.
Teremos 03 aulas de 50 minutos e 2 aulas de 45 minutos.

Sulina, 09 de novembro de 2010.

Direção

**ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**

MATRIZ CURRICULAR – ENSINO MÉDIO

NRE: 23 - Pato Branco	MUNICÍPIO: 2684 - Sulina
ESTABELECIMENTO: 00176 Colégio Estadual Nestor de Castro – EFM	
ENDEREÇO: Rua João Inácio Thomas, 158	
FONE: (46) 32441170 32441293	
ENTIDADE MANTENEDORA: GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ	

CURSO: 0009 – ENSINO MÉDIO	TURNOS : Manhã
ANO DE IMPLANTAÇÃO: 2011	MÓDULO: 40 SEMANAS
FORMA: Simultânea	

	DISCIPLINAS	SÉRIES		
		1ª	2ª	3ª
BASE NACIONAL COMUM	ARTE	-	2	2
	BIOLOGIA	2	2	2
	EDUCAÇÃO FÍSICA	2	2	2
	FILOSOFIA	2	2	2
	FÍSICA	2	2	2
	GEOGRAFIA	2	2	2
	HISTÓRIA	2	2	2

	LINGUA PORTUGUESA	3	3	2
	MATEMATICA	4	2	3
	QUIMICA	2	2	2
	SOCIOLOGIA	2	2	2
	SUB –TOTAL	23	23	23
PARTE DIVERSIFICADA	LEM – INGLES	2	2	2
	*LEM-ESPAÑHOL	04	04	04
	SUB- TOTAL	06	06	06
TOTAL GERAL		29	29	29

Matriz Curricular de acordo com a LDB nº 9394/96

* Disciplina de matricula facultativa ofertada ao aluno em turno contrario CELEM.

Sulina, 09 de novembro de 2010.

Direção

**ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**

MATRIZ CURRICULAR – ENSINO MÉDIO

NRE: 23 - Pato Branco	MUNICIPIO: 2684 - Sulina
ESTABELECIMENTO: 00176 Colégio Estadual Nestor de Castro – EFM	
ENDEREÇO: Rua João Inácio Thomas, 158	
FONE: (46) 32441170 32441293	
ENTIDADE MANTENEDORA: GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ	

CURSO: 0009 – ENSINO MÉDIO	TURNO : Tarde
ANO DE IMPLANTAÇÃO: 2011	MÓDULO: 40 SEMANAS
FORMA: Simultânea	

BASE NACIONAL	DISCIPLINAS	SÉRIES		
		1ª	2ª	3ª
	ARTE	-	2	2
	BIOLOGIA	2	2	2
	EDUCAÇÃO FÍSICA	2	2	2
	FILOSOFIA	2	2	2
	FÍSICA	2	2	2

COMUM	GEOGRAFIA	2	2	2
	HISTÓRIA	2	2	2
	LINGUA PORTUGUESA	3	3	2
	MATEMATICA	4	2	3
	QUIMICA	2	2	2
	SOCIOLOGIA	2	2	2
	SUB -TOTAL	23	23	23
PARTE DIVERSIFICADA	LEM – INGLES	2	2	2
	*LEM-ESPANHOL	04	04	04
	SUB- TOTAL	06	06	06
TOTAL GERAL		29	29	29

Matriz Curricular de acordo com a LDB nº 9394/96

* Disciplina de matricula facultativa ofertada ao aluno em turno contrario CELEM.

Sulina, 09 de novembro de 2010.

Direção

16. Trabalho Coletivo

O ser humano é um ser essencialmente social; sua identidade, portanto, constrói-se na interação com o outro. Através das relações sociais, cada um vai configurando uma identidade pessoal e, na vida adulta, o papel profissional é cultural para essa construção.

A escola é o ponto de encontro dos vários profissionais envolvidos na ação educativa. O trabalho coletivo articula os diversos segmentos da comunidade escolar e é fundamental para sustentar a ação da escola em torno de um projeto. O projeto é a grande rota, traçada coletivamente, que dá direção ao trabalho de todos os educadores que atuam no espaço escolar, docentes, funcionários, direção, equipe pedagógica e pais. Assim, o trabalho coletivo é condição indispensável para que as atividades de sala de aula sejam devidamente planejadas, avaliadas, replanejadas, tendo em vista a direção comum que se pretende dar ao processo ensino-aprendizagem.

Ao exercer o trabalho coletivo, a comunidade escolar cresce. É na discussão

com os colegas, que desenvolvem o potencial de participação, cooperação, respeito mútuo e crítico.

O debate traz novas ideias e informações, dúvidas e incoerências que obrigam a refletir, ajudando a organizar o pensamento, reafirmar ou modificar posições. Esse processo torna mais claro para todas as relações entre o trabalho de cada um, ajudando-os a escolher as políticas de trabalho mais compatíveis com o que se pretende. Os alunos, também ganham na medida em que o processo ensino-aprendizagem se desenvolve de uma forma mais coerente e integrada.

Para desenvolver e fortalecer o trabalho coletivo, o empenho dos participantes e do seu saber-fazer pedagógico é muito importante. Ao mesmo tempo, o exercício continuado do trabalho coletivo favorece o crescimento do compromisso e da competência dos educadores.

Como qualquer outra atividade, o trabalho coletivo deve ser avaliado em relação aos objetivos propostos, para que todos percebam o quanto estão próximos ou distantes dos objetivos traçados. Ao mesmo tempo, a avaliação do próprio processo de trabalho em grupo dá a medida do crescimento de cada um e do grupo como um todo.

Quando implantado com um sentido definido e um alcance planejado, o trabalho coletivo configura-se, pois como a instância privilegiada do desenvolvimento social e profissional, para cada um dos componentes da equipe escolar e, conseqüentemente, como gerador de novas idéias e novos projetos. Enfrentar o novo juntos é melhor.

Todos juntos, somos fortes, somos flechas, somos arco. Todos nos no mesmo barco não há nada para temer...

(Chico Buarque Enriques e Bardotti)

17. Pedagogia Progressista

O trabalho educativo deve criar condições para os educandos descobrirem significados e significarem bons sentimentos, valores, ideias, costumes e papéis sociais. O Colégio Estadual Nestor de Castro, através do seu corpo docente busca pautar sua prática pedagógica em tendências da pedagogia progressista (baseado nos estudos de Paulo Freire), como a libertadora, a libertária e a crítico social dos conteúdos. As versões, libertárias e libertadora, tem em comum o anti autoritarismo, a valorização da experiência

e a ideia de autogestão pedagógica, valorizando o processo de aprendizagem em grupo, a tendência crítico-social entende a escola como mediação entre o individual e o social, exercendo aí a articulação entre transmissão dos conteúdos e assimilação ativa por parte de aluno concreto, resultando então o saber criticamente re-elaborado. Uma pedagogia crítica, parte do princípio de que a educação não é um ato isolado, mas sim um ato social e político, onde o aluno deve ser participador do processo. As contradições existem em uma sociedade capitalista, e, para isto é necessário que os indivíduos sejam instrumentalizados através de uma educação que desenvolva o senso crítico, com uma maior conscientização da realidade social, e o estabelecimento de estratégias que conduzem a sua transformação.

A pedagogia Progressista valoriza a escola enquanto mediadora entre o aluno e o mundo da cultura, construída socialmente e cumpre esse papel pela transmissão crítica dos conhecimentos inseridos numa prática social concreta que é objetiva e histórica. Para o desenvolvimento dos conteúdos o docente deve articular ensino e realidade, baseando na expressão de uma prática social coletiva emancipatória, no método dialético que permite a compreensão das relações entre o concreto e o abstrato, a dialética entre o lógico e histórico, a teoria e a prática. Assim, a pedagogia progressista parte de uma análise crítica das realidades sociais e sustenta as finalidades sócio-políticas da educação.

A tendência predominante na proposta da escola Progressista é, sem dúvida, aquela que advém das reflexões instauradas a partir do materialismo histórico-dialético. Assim sendo, são apresentados os valores predominantes nesta abordagem educacional conforme (Silva, 1986):

- Valorização de conteúdos e modelos diretamente relacionados;
- Valorização das atividades de participação ativa do educando;
- Valorização de conteúdos e modelos diretamente relacionados ao mundo do aluno;
- Valorização das atividades de participação do educando, conquanto que desenvolvidos de modo organizado e adequado;
- Valorização do homem concreto, social, político, pertencentes a uma determinada classe social, construtor da sociedade e da história, cidadão do país e do mundo;

- Valorização do presente como fonte de valores: momento histórico em que os homens, assumindo suas dificuldades e contradições pessoais e circunstâncias, realizam progressos decisivos, projetando o futuro;
- Valorização do aluno, enquanto sujeito enraizado sócio-histórico e politicamente no presente: ativo e dinâmico no processo educativo;
- Valorização da disciplina e do aluno auto-disciplinado que realiza resultado satisfatório;
- Valorização do jogo como meio de preparação para vida e trabalho;
- *Valorização do professor como guia - orientador do processo educativo;*
- Valorização da escola como agência difusora de conteúdos vivos, concretos, indissociável das realidades sociais;
- Valorização prioritária do social, do coletivo sobre o individual;
- Valorização de uma relação “educação-sociedade” crítica situada e contextualizada histórica e politicamente;
- Valorização da educação integrada ao processo sócio-político-econômico global, fundada em valores sociais, coletivos historicamente significativos;
- Valorização do trabalho humano como categoria universal que reflete as condições sociais da existência humana, sendo, em última análise, o núcleo gerador de todos os valores da coletividade.

A escola é um dos espaços que tem o dever de oportunizar um ensino participativo e democrático formando o educando autônomo e consciente de suas potencialidades.

A escola deve ser aberta e participativa, onde o educando compreende seu momento histórico vivido e possa comprometer-se com a ação de transformação de sua própria história e também da sociedade na qual está inserido.

São muitos os desafios a serem enfrentados pelo Poder Público, pela sociedade, pelas comunidades, famílias e escola. A exclusão da escola é uma forma perversa de exclusão social, por negar o direito elementar de cidadania e assim reproduzir o círculo da pobreza e marginalização, alienando qualquer perspectiva de futuro para crianças e jovens, vítimas desse processo.

É preciso desenvolver políticas de valorização dos professores, visando a

melhoria das condições de trabalho e de salário, assim como é igualmente importante investir na sua qualificação, capacitando-os para que possam oferecer um ensino de qualidade e significativo para o aluno.

É preciso também melhorar as condições físicas da escola, oferecendo os recursos didáticos, e ampliando as possibilidades de uso das tecnologias da comunicação e da informação. Enfim é preciso estimular o envolvimento e a participação democrática e efetiva da comunidade e dos pais, criando mecanismos que favoreçam o seu envolvimento no Projeto educativo da escola.

A conquista dos objetivos propostos depende de uma prática educativa que tenha como eixo a formação de um cidadão autônomo e participativo. Essa prática pressupõe que os alunos sejam sujeitos de seu processo de aprendizagem e que construam significados para o que aprendem, por meio de múltiplas e complexas interações com os objetivos de conhecimento, tendo, para tanto, o professor como mediador. A interação entre os alunos o outro é aspecto essencial neste processo.

A escola é condicionada pelos aspectos sociais, políticos e culturais, mas contraditoriamente existe nela um espaço que aponta a possibilidade de transformação social.

A educação possibilita a compreensão da realidade histórico-social e explicita o papel do sujeito construtor/transformador dessa mesma realidade.

Tendência histórico-crítica

Manifestações da prática pedagógica escolar no Brasil.

Marco teórico 1979;

A prática pedagógica propõe uma interação entre conteúdo e realidade concreta, visando à transformação da sociedade (ação-compreensão-ação);

Enfoque no conteúdo como produção histórico-social de todos os homens;

Superação das visões não-críticas e crítico-reprodutivistas da educação.

Pressupostos Teóricos

Defende a escola como socializadora dos conhecimentos e saberes universais;

- A ação educativa pressupõe uma articulação entre o ato político e o ato

pedagógico;

- Interação professor-aluno-conhecimento e contexto histórico-social,

- A inter-subjetividade é mediada pela competência do professor em situações objetivas;

- A interação social é o elemento de compreensão e intervenção na prática social mediada pelo conteúdo;

- Concepção dialética da história (movimento e transformação);

- Pressupõe a práxis educativa que se revela numa prática fundamentada teoricamente;

- A natureza e especificidade da educação referem-se ao trabalho não-material, que na escola pública não se subordina ao capital;

- A tarefa desta pedagogia em relação a educação escolar implica:

- a) Identificação das formas mais desenvolvidas em que se expressa o saber objetivo produzido historicamente, reconhecendo as condições de sua produção e compreendendo as suas principais manifestações, bem como as tendências atuais de transformação;

- b) Conversão do saber objetivo em saber escolar de modo a torná-lo assimilável pelos alunos das camadas populares no espaço e tempo escolares;

- c) Provimento dos meios necessários para que os alunos não apenas assimilem o saber objetivo enquanto resultado, mas aprendam o processo de sua produção, bem como as tendências de sua transformação.

17.1 O Educador Progressista

“Ao professor não cabe dizer: faça como eu, mas faça comigo.”

(Marilene Chauí)

Antes de levantarmos o perfil do educador progressista é necessário definirmos qual a finalidade da educação. Se acreditarmos que o fim da educação é

permitir ao homem ser sujeito, construir-se como pessoa, estabelecer relações de reciprocidade, transformar o mundo, fazer história, enfim, exercer verdadeiramente seu direito à cidadania, à educação é, antes de tudo, um ato político. O homem é o sujeito da educação e a educação se dá dentro de um determinado contexto histórico-social.

Se o homem é o sujeito da educação, definir o papel do educador implica numa questão anterior, como ocorre a aprendizagem. A teoria do conhecimento onde vamos buscar fundamentação para essa questão é a cognitiva.

Para Piaget, a aprendizagem é um processo de equilíbrio. O desequilíbrio provocado pela necessidade de saber leva a um desconforto e à necessidade de voltar a nova situação de equilíbrio. Para isso, há intensa atividade do indivíduo em sua relação com o objeto da aprendizagem, o que resulta numa nova construção.

Vygotski vai além, atribuindo importância especial ao meio social e ao adulto educador no processo de aprendizagem. Apresenta o conceito de zona de desenvolvimento proximal, que é a distância entre o nível de desenvolvimento real e o nível de desenvolvimento potencial da criança. O aprendiz tem possibilidade de resolver problemas sob orientação de outro, o professor. O professor resgata seu papel de incentivar e aproximar cada vez mais a criança dos conhecimentos que estão no mundo.

Assim, do ponto de vista cognitivo, a função do professor é provocar desequilíbrios, através de situações desafiadoras, estimulando a pesquisa e o esforço, levando o aluno a ser cada vez mais independente. Essa independência na apropriação do conhecimento se constrói na relação da criança com o meio e com o outro.

Outra questão que se coloca é a importância dos conteúdos culturais como instrumentos de luta pela emancipação social. A apropriação dos conteúdos é fundamental como ponto de partida para sua própria superação.

A partir daí podemos traçar o perfil deste educador. O educador engajado na prática transformadora deve conhecer o conteúdo do que ensina e saber que esse conteúdo está em constante re-elaboração. Deve saber ainda como o aluno aprende a ser mediador do saber. Deve ter consciência de que os conteúdos culturais são criações coletivas, desmistificando com aqueles que orientam as imposições de modelos únicos e acabados.

O educador que desenvolve uma prática educativa progressista tem um ideal a alcançar, e esse ideal é ser aquele educador que:

- é comprometido politicamente com a socialização do conhecimento científico e cultural;
- busca sua competência técnico-pedagógica;
- tem consciência de sua historicidade;
- sabe ser mediador e facilitador entre as experiências trazidas pelos alunos e o conteúdo de ensino;
- busca a superação do imperialismo pedagógico (escola tradicional), da crença na impossibilidade de que o professor possa ensinar alguma coisa (escola nova) e da negação da necessidade do professor (escola tecnicista);
- acredita na recuperação do papel do professor como de fundamental importância para auxiliar o aluno a se apropriar dos conteúdos;
- sabe que sua autoridade, firmada na competência e no compromisso, se constrói numa relação democrática;
- não se envergonha nem se omite de sua autoridade, muito menos a utiliza como instrumento arbitrário de dominação e poder;
- assume o papel de desestabilizador, ou seja, desencadeia situações de desequilíbrio de forma a desafiar os alunos para que estes busquem nova equilibração.

Acima de tudo, o educador, para se considerar progressista, deve ter disposição interna para viver uma relação democrática com seus alunos e com seus pares, reconhecendo que a democracia é uma conquista e uma construção coletiva. Portador dessa disposição interna para a democracia, pode então reconhecer seus próprios deslizes e incoerências porque não desiste de superá-los.

Paulo Freire, em seu livro *Professora Sim Tia Não*, aponta algumas qualidades indispensáveis à prática educativa progressista, quais sejam: bom senso, postura não autoritária, coragem de lutar pela defesa da justiça e enfrentar no conflito, tolerância, respeito, disciplina interior, integridade ética, luta contra preconceitos, capacidade de decisão, segurança, competência profissional, clareza política e alegria de viver. É interessante notar como essas qualidades coincidem em grande parte com as atitudes mais valorizadas por alunos tendo em vista o mestre ideal. O aluno busca, para construir sua identidade, um professor que seja modelo de decisão e segurança, que

consiga colocar-se pela própria competência.

Para os alunos, o bom professor é aquele que: ouve o aluno, respeita sua individualidade, tem pulso para manter a disciplina, chama a atenção quando necessário, tem bom humor, sabe tolerar brincadeiras, tem senso de humor, tem conhecimento, criatividade, inteligência e alegria, não humilha os alunos nem pratica atos de grosseria, sente prazer em dar aulas, tem boa vontade em esclarecer dúvidas e paciência para ensinar, mostra os erros ao aluno e o ensina a aprender.

Antes de finalizar, uma boa questão deve ser colocada: a formação do docente. Se o objetivo é conseguir um futuro professor que mantenha um tipo de relação diferente com seus alunos, e preciso começar pela modificação da relação destes futuros professores com seus atuais mestres. Na relação pedagógica aprende-se tanto o conteúdo quanto o tipo de vínculo educador/educando que se dá na relação. Se o aluno se limita a receber passivamente o conteúdo, sob um vínculo autoritário, assumirá com seus futuros alunos a mesma postura, apesar de ter aprendido nos textos que a “educação deve ser libertadora”.

Quer falemos da formação inicial do professor, quer nos refiramos à sua formação continuada em serviço, cabe aqui uma reflexão por parte dos demais educadores do sistema, daqueles que são responsáveis pelo aprimoramento da prática pedagógica do professor. Quais caminhos têm a sugerir a esse professor para que ele desenvolva com seus alunos uma educação verdadeiramente crítica e comprometida? Qual será nossa postura ao sugerirmos esses caminhos?

PAPEL DA ESCOLA

- Valorização da escola como espaço social responsável pela apropriação do saber universal;
- Socialização do saber elaborado às camadas populares, entendendo a apropriação crítica e histórica do conhecimento enquanto instrumento de compreensão da realidade social e atuação crítica e democrática para a transformação desta realidade.

CONTEÚDOS DE ENSINO

- Conteúdos culturais universais incorporados pela humanidade (clássicos), permanentemente reavaliados face as realidades sociais;
- Conteúdos indispensáveis a compreensão da prática social; revelam a realidade concreta de forma crítica e explicitam as possibilidades de atuação dos sujeitos no processo de transformação desta realidade.

TÉCNICAS DE ENSINO

- Discussão;
- Debates;
- Leituras;
- Aulas expositivo-dialogadas;
- Trabalhos individuais e trabalhos em grupo, com elaboração de sínteses integradoras.

MÉTODO DE ENSINO

- Método da Prática Social;
- Decorre das relações estabelecidas entre conteúdo-método e concepção de mundo;
- Confronta os saberes trazidos pelo aluno com o saber elaborado, na perspectiva da apropriação de uma concepção científico/filosófica da realidade social, mediada pelo professor;
- Incorpora a dialética como teoria de compreensão da realidade e como método de intervenção nesta realidade;
- Fundamenta-se no materialismo histórico: ciência que estuda os modos de

produção;

- A relação de indissociabilidade entre forma e conteúdo pressupõe a socialização do saber produzido pelos homens;
- Os fins a serem atingidos é que determinam os métodos e processos de ensino aprendizagem;
- Busca coerência com os fundamentos da Pedagogia, entendida como processo através do qual o homem se humaniza (se torna plenamente humano);
- A prática é fundamento do critério de verdade e da finalidade da teoria;
- Incorpora o procedimento histórico como determinante da totalidade social;
- É na mediação entre o pensamento e o objeto (enquanto o pensamento busca apropriar-se do objeto) que se desenvolve o método.

PASSOS DO MÉTODO

Método da Prática Social:

1) Prática social (ponto de partida):

- Perceber e denotar: identificar o objeto e da aprendizagem e lhe dar significação:
- O aluno tem uma visão sincrética (mecânica, desorganizada, nebulosa, de senso comum) a respeito do conteúdo;
- É comum a professores e alunos, já que sentem e sabem a prática social em nível sincrético, mas ambos encontram-se em momentos diferentes (o professor domina o conteúdo, enquanto o aluno não domina), por isso o professor realiza uma síntese precária;

2) Problematização:

- Instruir e conotar;

- Momento para detectar as questões que precisam ser resolvidas no âmbito da prática social e em consequência que conhecimentos são necessários a serem dominados;
- Prever os futuros problemas e limites (juízos de valor e qualidade), bem como identificar os tipos de conhecimentos e técnicas necessários a solução desses problemas.

3) Instrumentalização:

- Apropriação pelas camadas populares das ferramentas culturais necessárias a luta social para superar a condição de exploração em que vivem;

4) Catarse (categoria gramsciana):

- Raciocinar e criticar;
- Incorporação dos instrumentos culturais transformados em elementos ativos de transformação social;
- Elaboração superior da estrutura em superestrutura na consciência dos homens;
- Passagem da ação para a conscientização;

5) Prática social (ponto de chegada):

- Retorno a prática social com o saber concreto pensado para atuar a transformar as relações de produção que impedem a construção de uma sociedade igualitária;
- A compreensão sincrética dos alunos no ponto de partida é agora elevada ao nível sintético;
- Visão sintética (elaborada, sistematizada, explícita, orgânica, compreendida);
- Reduz-se a precaridade da síntese do professor (fragmentação) no ponto de partida para uma compreensão mais orgânica no ponto de chegada-visão de totalidade;
- O consenso é o ponto de chegada;

- A educação põe-se a serviço da referida transformação das relações de produção.

RELAÇÃO PROFESSOR-ALUNO

- Relação interativa entre professor e aluno, em que ambos são sujeitos ativos;
- Professor e aluno são seres concretos (sócio-histórico), situados numa classe social-síntese de múltiplas determinações;
- Professor - autoridade competente direciona o processo pedagógico; interfere e cria condições necessárias a apropriação do conhecimento enquanto especificidade da relação pedagógica.

FUNÇÃO DA AVALIAÇÃO

Prática emancipadora:

- Função diagnóstica (permanente e contínua)-meio de obter informações necessárias sobre o desenvolvimento da prática pedagógica para a intervenção/reformulação desta prática e dos processos de aprendizagem;
- Pressupõe tomada de decisão;
- O aluno toma conhecimento dos resultados de sua aprendizagem e organiza-se para as mudanças necessárias.

REPRESENTANTES OU TEÓRICOS

- Denerval Saviani, Jamil Cury, Galdêncio Frigotto, Luiz Carlos de Freitas, Acácia Zeneida Kuenzer, José Carlos Libânio (pedagogia crítico-social dos

conteúdos);

- Influência de autores internacionais como: Marx, Gramsci, G.Snyders, Manacorda, Makarenko, Sushodolski.

PSICOLOGIA

- Corrente sócio-histórica: Vigotski, Lúria, Leontiev e Wallon.

MARCO OPERACIONAL

18. Redimensionamento da Organização do Trabalho Pedagógico

No Brasil, hoje, tornar a escola democrática, significa modificá-la a fim de que cada vez mais, maior parcela das camadas populares nela ingresse e permaneça como condição de se apossarem dos conteúdos de ensino que lhe permita proceder a crítica dos mecanismos sociais de dominação introduzindo nos seus conteúdos e métodos a intenção de desmarcar as desigualdades sociais e explicitar a ligação entre educação e realidades sociais, para evidenciar o caráter de classe da educação escolar atual.

A finalidade da educação escolar é a transmissão sistemática dos conteúdos de ensino, os conhecimentos produzidos e acumulados na história pela humanidade, de modo a assegurar que os alunos deles se apropriem ativamente e possam reelaborar novos conhecimentos.

Na sociedade capitalista, a escola, instância social da transmissão, assimilação e produção do conhecimento, é privilégio das camadas dominantes do capital.

A incorporação cada vez maior dos complexos conhecimentos científicos e tecnológicos nos processos de trabalho da sociedade capitalista faz com que a massa dos trabalhadores não instruídos fique cada vez mais distanciada dos modelos sociais vigentes nessa sociedade.

As relações democráticas de trabalho na escola são fundamentais no

processo de ensino-aprendizagem. A participação dos professores na organização da escola, nos conteúdos a serem ensinados, será efetivamente democrática na medida em que eles dominarem os conteúdos e as metodologias dos seus campos específicos, bem como o significado social dos mesmos, participando assim da democratização da sociedade pela democratização do saber.

A democracia pressupõe a possibilidade de uma vida melhor para todos, independentemente da condição social, econômica, raça, religião e sexo. É por isso que democracia e educação são processos que caminham juntos.

A escola depois da família é a instituição na qual se inicia a socialização entre as pessoas. Nela, pelo convívio, crianças e jovens aprendem limites que permitem situar o seu direito individual em relação ao direito do outro. Do ponto de vista do educador, a cidadania passa por boas relações com os colegas, com a direção, com os funcionários, pelo direito de ensinar, ou seja, formar cidadãos. Do ponto de vista do aluno, ela reside no direito de ir à escola e só começa a fazer sentido quando ele aprende.

A escola é o lugar onde nós construímos o individual e o coletivo como cidadãos deste mundo. Aprender a conviver com os outros e respeitar seus direitos é um princípio básico da convivência democrática. Isso significa que todos podem ouvir e ser ouvidos. Se essa aprendizagem começa bem na escola, prosseguirá ao longo da vida. Então mais importante do que falar sobre a convivência democrática é vivê-la. Para por em prática algumas idéias que facilitem viver a democracia no interior da escola, precisa-se refletir sobre algumas questões fundamentais como: como você fala com as pessoas e como você as ouve? Como você se aproxima delas? Você adota um tom “amistoso” ou “ameaçador”? Você “pede” ou “dá ordens”?

O Colégio Estadual Nestor de Castro procura desenvolver sua proposta educativa, através de um trabalho coletivo da equipe escolar, através de projetos, que orientam as ações a serem desenvolvidas e norteiam todo trabalho educativo.

O projeto educativo não deve ser um documento formal, elaborado no início de cada ano para ser arquivado. Ele se realiza mediante um processo contínuo de reflexão sobre a prática pedagógica, em que a equipe escolar discute, propõe, realiza, acompanha, avalia e registra as ações que vai desenvolver para atingir os objetivos coletivamente delineados.

É fundamental organizar a escola como um espaço vivo, onde a cidadania

possa ser exercida a cada momento, e desse modo seja aprendida, fazendo com que os jovens se apropriem do espaço escolar e reforcem os laços de identificação com a escola.

A autonomia fala de uma relação emancipada, integrada com as diferentes dimensões da vida, o que envolve aspectos intelectuais, morais, afetivas e sócio - políticos. Esta escola procura ensiná-los, através de situações planejadas, integradas aos projetos desenvolvidos.

A interdisciplinaridade é atualmente uma palavra chave, para a organização escolar e se expressa em vários níveis de cooperação entre as disciplinas. O trabalho interdisciplinar implica em atividades de aprendizagem que favoreçam a vivência de situações reais ou simulem problemas e contextos da vida real, que para serem enfrentados necessitam de determinados conhecimentos e competências.

Contextualizar o ensino significa incorporar vivências, conceitos diversificados, e também incorporar o aprendizado em novas vivências.

Assim o Colégio Estadual Nestor de Castro – EFM, procura trabalhar com contextualização, ou seja, engloba em suas atividades o pedagógico, o social, o político, o afetivo e interdisciplinarmente busca usufruir os mais diversos ramos do conhecimento. Todos participam opinando suggestionando, dando o melhor de si em função do grupo, para que ocorra a melhoria na qualidade de ensino.

Os projetos extracurriculares ofertados são: Sala de apoio de matemática e de português de 6º e 9º ano, Sala de apoio a aprendizagem, Aprofundamento a aprendizagem Ensino Fundamental e Ensino Médio e Esporte e Lazer, em conformidade as necessidades da escola durante o período letivo.

O Colégio oferece ainda sala de recursos e CELEM (Espanhol Básico), Para os alunos com dificuldades de aprendizagem, possuímos a sala de recursos.

19. Tipo de Gestão

19.1 Gestão Transparente

Cumprida a etapa inicial de difusão, sensibilização e mobilização em torno dos princípios gerais, achamos que na gestão transparente as idéias devem ser abertas e

amplas para unir as pessoas e estabelecer espírito crítico, construindo uma equipe empreendedora, buscando uma educação curiosa e prazerosa.

Somos todos agentes transformadores da realidade e entendemos que a gestão escolar deve ser participativa, centrada no trabalho coletivo e na dinâmica das relações entre a comunidade escolar interna e externa, que deseja e pratica uma educação com qualidade social, humana, cidadã, que valoriza o conhecimento acumulado pela humanidade e também os saberes que na sua história, foram se construindo e elaborando.

19.2 Gestão Democrática

A gestão democrática ocorre quando todos estão compromissados, direta ou indiretamente pela tarefa de democratização da escola.

A gestão democrática exige uma postura baseada em valores capazes de transformar o cotidiano da escola e promover vivências baseada na ética e pautada nos valores de solidariedade, justiça e respeito.

Estamos na era da informática, do conhecimento e da humanização de novos saberes, cujas condições de existência implicam na responsabilidade coletiva e a vontade individual de transformar a própria consciência, pelo auto-conhecimento, auto crítica, pela humildade de aceitar a diferença, como condição para o diálogo e ação conjunta.

20. Papel Específico de Cada Segmento da Comunidade Escolar

20.1 Direção

É o gestor que administra a escola em todos os sentidos. Compete à direção, oferecer condições para o bom andamento de cada setor. Deve ser um articulador da diversidade e dar consistência na construção do ambiente educacional e promoção segura na formação de seus alunos.

20.2 Professor

Mediador, e não apenas transmissor de conhecimento. É um guia, um orientador no processo educativo, trabalha junto ao aluno, sua realidade social concreta. Deve ter clareza da proposta pedagógica, propondo e não impondo.

20.3 Equipe Pedagógica

O pedagogo é orientador, supervisor e gestor, não ficando fragmentado, sempre priorizando o pedagógico. É o elo entre todos os segmentos da escola e direção, professores, alunos e com a comunidade e família.

20.4 Bibliotecária

Estar sempre informada para orientar os alunos nas pesquisas, estar sempre a par dos projetos que são desenvolvidos na escola, dando suporte aos professores e alunos indicando material de pesquisa.

20.5 Secretária

Coordena e executa trabalhos de secretaria, organiza e mantém em dia o protocolo e o arquivo escolar, assessorando a direção e orientação, nos assuntos que lhe compete, os demais setores da escola.

20.6 Merendeira

Preparar e servir a merenda escolar controlando a quantidade e qualidade. Informar ao diretor do estabelecimento de ensino a necessidade da reposição do estoque. Conservar e manter em boas condições o local de preparação de merenda precedendo a limpeza e a arrumação.

20.7 Agentes Educacionais

Proporcionar um ambiente físico que contribua para a educação e a formação dos alunos: limpeza, organização, funcionalidade, solicitando ao diretor o

material e os produtos necessários ao desempenho da sua função.

Liberdade de ensinar, aprender, pesquisar e expressar o pensamento, a arte e o saber, dentro dos ideais de democracia. Tendo oportunidade de ir em busca em busca de novos conhecimentos.

20.8 Alunos

Adquirir conhecimentos, partindo da realidade constatada que todos os alunos são diferentes em suas capacidades, quanto as suas motivações, interesses, ritmos evolutivos, estilo-aprendizagem, situações ambientais, etc., elaborando pensamentos autônomos e críticos para formular os seus próprios juízos de valor, de modo que possa decidir por si mesmo, frente às diferentes circunstâncias da vida. Exercitar a liberdade de pensamento, discernimento, sentimento e imaginação para a sua formação integral como cidadão competente e responsável para atuar na sociedade.

21. Relação Entre Aspectos Pedagógicos e Administrativos

Buscamos uma relação harmoniosa para integrar os diversos segmentos da escola, apesar de que cada um tem seu ponto de vista, suas inquietações e funções, torna-se relevante o propósito de comprometimento com a comunidade escolar onde todos falem a mesma linguagem, tendo os mesmos objetivos, sem discriminação, com companheirismo e amizade, trocando experiências, porém comprometidos com a aprendizagem do aluno.

A Escola deve trabalhar em clima de cooperação entre direção e a equipe docente para que haja condições favoráveis à adoção, execução, avaliação e aperfeiçoamento das estratégias educacionais em consequência do uso adequado do espaço físico, do horário e calendário escolar na forma dos artigos 12 a 14 da LDB.

O administrativo deve estar em constante relacionamento com o pedagógico, priorizando as necessidades pedagógicas, possibilitando assim um bom funcionamento do ambiente escolar, através do diálogo franco, onde juntos busquem soluções para um melhor desempenho da ação educativa.

A definição de metas, prioridades e objetivos devem estar interligadas e direcionadas para a dinamização do dia-a-dia escolar.

22. O Papel das Instâncias Colegiadas

22.1 APMF

É uma instituição auxiliar que tem como finalidade colaborar no aprimoramento da educação e na integração família-escola-comunidade.

A APMF deverá exercer a função de sustentadora jurídica das verbas públicas recebidas e aplicadas pela escola, com a participação dos pais no seu cotidiano, em cumplicidade com a administração. A cobrança de taxa da APMF, para auxiliar nos problemas da escola, ficará a critério da mesma.

A participação de pais, professores, alunos e funcionários por meio da APMF darão autonomia à escola, favorecendo a participação de todos na tomada de decisões no que concerne às atividades curriculares e culturais, a elaboração do calendário escolar, horário de aulas etc. enfim a definição da política global da escola.

O corpo docente, discente, administrativo e, principalmente, as diretorias da escola têm que dar abertura para que os pais possam opinar reivindicar e compreender a relevância de seu papel na vida da escola. É importante mobilizar a população para uma educação mais democrática e compromissada. Isso fará com que o Poder Público, além de fornecer recursos, propicie as condições de execução dos planos de educação, tendo a população como o eixo propulsor de uma educação despojada do autoritarismo estatal. Gadotti (1990, p.167) afirma que “uma escola controlada pela comunidade, cujas decisões a ela caibam, e não sejam entregues aos devaneios e ao lirismo tecnológico dos planejadores”

22.2 Grêmios

Dentro de uma escola, surgem quase que naturalmente, diferentes grupos que se articulam informalmente em torno das mais variadas razões e motivos. A organização dos grêmios estudantis é um deles e favorece o relacionamento e a convivência entre os nossos jovens. Por serem institucionalizados, podem representar melhor a rica experiência que é a busca coletiva dos anseios, desejos e aspirações dos

estudantes.

O grêmio deve ser resultado da vontade dos próprios alunos estimulados pelos gestores da Escola, tendo em vista que ele é um apoio à direção numa gestão colegiada. São eles que devem reconhecer a sua importância e que devem definir o seu perfil. Os grêmios, organizados dessa forma, exercem papel importante na formação do aluno, devendo ter uma dimensão social, cultural e também política.

As atividades dos Grêmios Estudantis representam para muitos jovens, os primeiros passos na vida social, cultural e política. Assim, os grêmios contribuem, decisivamente, para a formação e enriquecimento educacional de grande parcela da nossa juventude.

Nesse Estabelecimento de Ensino, o Grêmio foi reativado e a organização, o funcionamento e as atividades do mesmo, estão estabelecidos em seu Estatuto, aprovado em Assembleia Geral, do corpo discente deste Colégio, convocada para este fim, obedecendo à legislação pertinente.

22.3 Conselho Escolar

Entre as prioridades propostas no Plano Nacional de Educação, aprovado pela Lei nº 10.172/2001, está a de que as políticas públicas de educação devem “promover a participação da comunidade na gestão das escolas, universalizando, em dois anos, a instituição de conselhos escolares em órgãos equivalentes (u)”. Como objetivo, destaca “a descentralização da gestão educacional com o fortalecimento da autonomia da escola, garantida a participação da sociedade na gestão da escola e da educação”.

A criação de instâncias colegiadas é importante para garantir a representatividade, a legitimidade e a continuidade das ações educativas, propostas no projeto político-pedagógico. Entre os órgãos de gestão, o conselho escolar é concebido como local de debate e tomada de decisão. É uma das instâncias colegiadas da escola.

Veiga afirma que o conselho escolar concebido “como espaço de debates e discussão permite que professores, funcionários, pais e alunos explicitem seus interesses e suas reivindicações” (1998, p. 15). É o órgão máximo de decisão no interior da escola. É, portanto, um dos instrumentos de democratização da escola pública. É parte da estrutura de gestão da escola, espaço público e gratuito da inclusão, da heterogeneidade e da igualdade política e cidadã.

O Conselho Escolar é um órgão colegiado de vivência cidadã, de apropriação de saberes diferenciado, de democratização da escola, que tem influenciado as relações escola-comunidade, mas que exigem que seus atores sejam mais capacitados pelos órgãos centrais do sistema educacional e que suas práticas sejam orientadas para a democracia e a participação, e como órgão máximo de decisão no interior da escola, procura defender uma nova visão de trabalho.

O Conselho Escolar é, talvez, uma possibilidade de gestão articulada entre o público e o privado do conjunto de assuntos a escola, dos recursos financeiros e de aspectos pedagógicos e administrativos: partindo de problemas concretos vividos pela comunidade, pais e alunos, passam a compreender a vida escolar e a melhorar a qualidade de sua participação melhorando conseqüentemente a qualidade da escola.

22.4 Conselho de Classe

O Conselho de Classe é um órgão colegiado constituído pela Direção, Equipe técnica pedagógico, todos os docentes, e da representação de pais e alunos. A representação dos alunos que atuam mesma turma, por meio de Pré-Conselho de Classe sob a coordenação do professor representante da turma ou pelo pedagogo.

O Conselho de Classe deve ser um espaço para o diálogo, crescimento e busca de objetivos comuns, caracteriza-se como um processo participativo, dinâmico e integrado, apoiando o aluno em sua aprendizagem avaliando o professor em seu desempenho pedagógico. Para tanto, exige uma maior compreensão político-pedagógica por parte da Direção e demais membros envolvidos, criando mais espaço e participação para o aluno, de forma que todos atuem como promotores da mudança desejada.

Atribuições do Pré-Conselho nas turmas sob a coordenação do professor (a) responsável e ou do pedagogo (a):

-Discutir, analisar e registrar no caderno específico, o desempenho da turma, ou seja, levantar os pontos positivos e negativos e apontar meios para solucionar os aspectos negativos. Como compromisso, todos devem assinar o caderno do Pré-Conselho.

Atribuições do Pré-Conselho com os docentes.

-Sob a coordenação do pedagogo, na Hora Atividade dos professores,

discutirem os aspectos individuais de cada aluno (a), referente à aprendizagem, condutas, dificuldades e medidas a serem tomadas para melhorar cada vez mais o desempenho dos alunos.

Esse levantamento de dados deve ser registrado em fichas específicas de todas as disciplinas. No final estes dados são tabulados, sintetizados e registrados em uma tabela para servir de subsídio no Conselho de Classe.

Atribuições do Conselho de Classe.

-Tomar ciência do resultado do Pré-Conselho das turmas e do Pré-Conselho com os professores.

-Acompanhar o processo de avaliação de cada turma, devendo debater e analisar os dados qualitativos e quantitativos do processo de ensino e aprendizagem.

-Propor procedimentos e formas diferenciadas de ensino e de estudos para melhoria do processo ensino e aprendizagem.

-Estabelecer mecanismo de recuperação paralela de estudos, concomitantes ao processo de aprendizagem, que atendam as reais necessidades dos alunos em consonância com a Proposta Pedagógica Curricular da Escola.

-Atuar com co-responsabilidade na decisão sobre a possibilidade de avanço para série subsequente ou retenção após a apuração dos resultados finais, levando-se em consideração o desenvolvimento integral do aluno.

Ao Conselho de Classe cabe verificar se os objetivos, conteúdos, procedimentos metodológicos e avaliativos estão sendo cumpridos de maneira coerente com o Projeto Político-Pedagógico da escola.

As reuniões do Conselho de Classe serão lavradas em Livro Ata, pelo secretário (a) da escola, como forma de registro das decisões tomadas.

23. Recursos que a Escola Dispõe para Realizar seu Projeto: Humanos, Materiais e Financeiros

FUNDO ROTATIVO:

É um recurso que o Governo encaminha às escolas para as necessidades básicas através da FUNDEPAR. Através da FUNDEPAR a Escola pode desenvolver projetos para requerer auxílio para reformas e construções.

Promoções: São realizadas pela APMF para complementar as despesas da escola. Também é utilizado para adquirir equipamentos e materiais necessários para consertos e mão-de-obra.

PDDE: É uma verba do Governo Federal para investimentos predeterminados.

24. Critérios para Elaboração do Calendário Escolar, Horários Letivos e não Letivos:

- Normas da LDB:
- O que deve constar nos 200 dias letivos;
- O que está fora dos 200 dias letivos; Ex. reuniões, conselhos, planejamentos, cursos, etc.

A LDB ampliou a concepção de educação básica, através do aumento do nº de anos e etapas de escolarização.

Sobre o Calendário Escolar, é permitido o planejamento de atividades letivas em períodos que independem do ano civil, podendo-se adaptá-lo de acordo com as conveniências que se justifiquem, sem com isso reduzir o número de horas letivas previsto na lei de no mínimo 800 horas, distribuídas por um mínimo de duzentos dias de efetivo trabalho na escola. A partir desse parâmetro a escola faz adaptações e maiores especializações, elaborado, no coletivo de seus profissionais, um calendário próprio.

Devem ser considerados dias de efetivo trabalho escolar ou dia letivo, aqueles que envolvam professores e alunos de cada turma em atividades de caráter obrigatório e relacionado com o processo ensino-aprendizagem, independente do local onde elas se desenvolvam.

O calendário escolar é elaborado conforme a legislação vigente:

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

**SUPERINTENDÊNCIA DA EDUCAÇÃO
INSTRUÇÃO N.º 009/2010 – SUED/SEED**

A **Superintendente da Educação**, no uso de suas atribuições, considerando:

- a Lei N° 9.394/96, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional e suas alterações;
- a Deliberação N° 02/02 – CEE, que incluiu, no período letivo, dias destinados às atividades pedagógicas;
- e a Resolução N° 3979/2010-GS/SEED, que estabeleceu o Calendário Escolar – 2011 para a Rede Pública Estadual emite a presente

INSTRUÇÃO:

1. O Calendário Escolar da Rede Pública Estadual de Educação Básica e Rede Conveniada, para o ano de 2011, aprovado pela Resolução N° 3979/2010-GS/SEED, está embasado na

LDBEN N° 9.394/96, que determina o mínimo de oitocentas horas, distribuídas por um mínimo de duzentos dias de efetivo trabalho escolar.

2. O Calendário Escolar ficou assim definido:

I. atividades escolares para os professores:

a) planejamento: 1º/02, 02/02;

b) formação continuada: 03/02, 04/02, 07/02, 20/07, 21/07, 22/07;

c) replanejamento: 01 (um) dia a ser definido pelo estabelecimento de ensino;

II. início das aulas: 08/02;

III. término do 1º semestre: 06/07;

IV. período de férias para os alunos: 1º/01 a 07/02; 07/07 a 24/07; 19/12 a 31/12;

V. período de férias para os professores: 01/01 a 30/01;

VI. recesso remunerado para os professores: 31/01; 09/03; 24/06; 07/07 a 19/07; 14/11; 19/12 a 31/12;

VII. feriado municipal: 01 (um) dia;

VIII. OBMEP (Olimpíada Matemática); 1ª Fase 1º semestre; 2ª Fase 2º semestre;

IX. dia Nacional da Consciência Negra: 20/11;

X. término do ano letivo: 16/12

3. A Deliberação N° 02/2002 – CEE em seus Artigos 2º e 3º dispõe:

“Art.2º – São consideradas como efetivo trabalho escolar as reuniões pedagógicas, organizadas, estruturadas a partir da proposta pedagógica do estabelecimento e inseridas no seu planejamento anual.

Art. 3º – Pode o estabelecimento considerar, como dias de efetivo trabalho escolar, os dedicados ao trabalho docente organizado, também em função do seu aperfeiçoamento, conquanto não ultrapassem cinco por cento (5%) do total de dias letivos estabelecimentos em lei, ou seja, dez (10) dias no decorrer do ano letivo.

Parágrafo único – O estabelecimento deverá organizar o ano letivo de modo que os alunos tenham **garantidas as oitocentas (800) horas de efetivo trabalho escolar previstas em lei**”. (sem grifo no original)

SUPERINTENDÊNCIA DA EDUCAÇÃO

4. De acordo com o Parecer N° 631/97 – CEE, o trabalho escolar dos docentes, relativo às atividades de reflexão, acerca de sua prática pedagógica, não pode ser contado como “horas letivas”, pois estas exigem a presença física dos alunos.

5. Para fins da garantia das oitocentas horas, são consideradas as atividades de cunho pedagógico, desde que incluídas no Projeto Político-Pedagógico da escola e exijam frequência dos alunos sob efetiva orientação dos professores, podendo ser realizadas em sala de aula e/ou em outros locais pedagogicamente adequados ao processo ensino aprendizagem.

6. Ressaltamos que é de **responsabilidade do estabelecimento de ensino ofertar** a todos os seus alunos, em todos os turnos de funcionamento, **o mínimo de oitocentas horas anuais**.

7. São computados como dias letivos, porém, sem carga horária para o aluno:

a) formação continuada: 03/02, 04/02, 07/02, 20/07, 21/07, 22/07;

b) replanejamento: 01 (um) dia a ser definido pelo estabelecimento de ensino;

c) reuniões pedagógicas: 03 (três dias) definidos pelo estabelecimento.

8. Os dias 1º/02 e 02/02, destinados ao Planejamento não são computados como dias letivos.

9. Para garantir às 800 horas determinadas por lei, é necessário que o turno noturno e as séries iniciais do Ensino Fundamental ofertem 200 dias com a presença do aluno e do professor e no turno diurno 192 dias com a presença do aluno e do professor. Nos casos em que houver prejuízo da carga horária deverá haver a complementação dessa carga

10. O estabelecimento que oferta o Ensino Médio por Blocos de Disciplinas semestrais deverá

garantir o cumprimento de 100 dias letivos para cada um dos Blocos de Disciplinas.

11. A complementação da carga horária, quando necessário, poderá ser por meio de aulas normais; palestras abordando temas emergentes; feiras; atividades culturais e/ou esportivas; teatro, exibição de filmes, abordando temas sociais contemporâneos; ou outras atividades definidas pela escola.

12. Os estabelecimentos que ofertam Educação de Jovens e Adultos deverão garantir os 200 dias letivos e a carga horária por disciplina determinada na Proposta Pedagógica aprovada pelo CEE.

13. Estabelecimentos, em situações amparadas pelo Art. 23, §2º e Art. 28, da LDBEN, tais como, localizados na zona rural, escolas indígenas, escolas das ilhas, escolas quilombolas, poderão elaborar proposta de calendário diferenciado, encaminhar ao NRE, até 12/11/2010, o qual, após análise e emissão do parecer remeterá à SEED/SUED, para a devida aprovação.

14. Cabe ao estabelecimento de ensino prever no Calendário Escolar:

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO SUPERINTENDÊNCIA DA EDUCAÇÃO

a) três dias destinados a reuniões pedagógicas e um dia para replanejamento (considerados letivos, sem carga horária para o aluno);

b) semana cultural: em caso do município sediar os Jogos Escolares ou o FERA Com Ciência, a semana cultural, dos estabelecimentos deste município, deverá coincidir com as datas dos referidos eventos; e, na Rede Conveniada, semana da pessoa com deficiência intelectual e múltipla (considerar dias e horas letivas);

c) um dia para o feriado municipal;

d) quatro dias para Conselho de Classe e mais um dia para reunião pedagógica, ou, cinco dias para Conselho de Classe (não considerar como dias letivos);

e) para EJA, cinco dias para reunião pedagógica.

15. Qualquer interrupção no desenvolvimento do ano letivo programado, independente da razão, deverá ser repostada, tanto em termos de carga horária (mínimo de 800 horas) como quanto ao número de dias letivos (mínimo de 200 dias); neste caso, a escola comunicará ao NRE e encaminhará proposta de reposição do(s) dia(s) não trabalhados.

16. A reposição, referida no item anterior, deverá ser presencial, isto é, com a presença física do aluno e do professor.

17. Atividades realizadas pelos alunos sem a presença do professor não são consideradas como dias letivos, nem como carga horária.

18. O Calendário Escolar, após aprovado pelo Conselho Escolar, deverá ser encaminhado ao NRE para homologação até dia 12/11/2010.

19. O Calendário proposto pelo estabelecimento, após aprovado e homologado pelo NRE, não poderá sofrer alterações, salvo em casos excepcionais e com autorização da Superintendência da Educação.

20. Quanto ao preenchimento do Livro Registro de Classe:

a) considerar aula prevista e não dada, apenas no dia destinado às aulas que, por algum motivo, não foram dadas;

b) iniciar os registros a partir do dia 03/02;

c) nos dias 03/02, 04/02, 07/02, 20/07, 21/07, 22/07, no campo destinado à frequência, anular os espaços; no campo dos conteúdos, registrar Formação Continuada e, no campo Observações registrar amparo legal Delib.Nº.02/02-CEE;

d) nos três dias das reuniões pedagógicas e no dia do replanejamento, no campo destinado à frequência, anular os espaços; no campo dos conteúdos registrar reunião pedagógica ou replanejamento e, no campo Observações, registrar amparo legal Delib.Nº 02/02-CEE;

e) nos dias do Conselho de Classe e de mais um dia de Reunião Pedagógica, no campo dos conteúdos, registrar Conselho de Classe ou Reunião Pedagógica, conforme o caso, anular o espaço da frequência (esses dias não são computados como letivos).

21. Compete ao Núcleo Regional de Educação:

a) enviar aos estabelecimentos de ensino a presente Instrução e a Resolução Nº 3979/2010,

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO SUPERINTENDÊNCIA DA EDUCAÇÃO

a) com o modelo do Calendário Escolar anexo;

b) orientar os estabelecimentos de ensino na elaboração dos Calendários Escolares;

c) aprovar e homologar os Calendários Escolares.

22. O estabelecimento de ensino somente poderá considerar encerrado o ano letivo após o cumprimento integral do Calendário homologado.

23. É de responsabilidade do diretor(a) do estabelecimento fazer cumprir o Calendário Escolar, tanto quanto aos dias letivos quanto à carga horária.

24. Casos omissos serão resolvidos pela Superintendência da Educação.

Curitiba, 16 de setembro de 2010.

Alayde Maria Pinto Digiovanni
Superintendente da Educação

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
COLÉGIO ESTADUAL NESTOR DE CASTRO - EFM
SULINA - PARANA
CALENDÁRIO ESCOLAR – 2011 - DIURNO

Janeiro

D	S	T	Q	Q	S	S
						1
2	3	4	5	6	7	8
9	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22
23	24	25	26	27	28	29
30						

1 Dia Mundial da Paz

Fevereiro

D	S	T	Q	Q	S	S
		1	2	3	4	5
6	7	8	9	10	11	12
13	14	15	16	17	18	19
20	21	22	23	24	25	26
27	28					

18 dias

Março

D	S	T	Q	Q	S	S
		1	2	3	4	5
6	7	8	9	10	11	12
13	14	15	16	17	18	19
20	21	22	23	24	25	26
27	28	29	30	31		

20 dias

7 e 8 Carnaval

Abril

D	S	T	Q	Q	S	S
					1	2
3	4	5	6	7	8	9
10	11	12	13	14	15	16
17	18	19	20	21	22	23
24	25	26	27	28	29	30

18 dias

21 Tiradentes

22 Paixão

Mai

D	S	T	Q	Q	S	S
1	2	3	4	5	6	7
8	9	10	11	12	13	14
15	16	17	18	19	20	21
22	23	24	25	26	27	28
29	30	31				

22 dias

1 Dia do Trabalho

Junho

D	S	T	Q	Q	S	S
			1	2	3	4
5	6	7	8	9	10	11
12	13	14	15	16	17	18
19	20	21	22	23	24	25
26	27	28	29	30		

20 dias

23 Corpus Christi

OBMEP - 1ª Fase

Julho							Agosto							Setembro						
D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S
					1	2	1	2	3	4	5	6					1	2	3	
3	4	5	6	7	8	9	7	8	9	10	11	12	13	4	5	6	7	8	9	10
10	11	12	13	14	15	16	14	15	16	17	18	19	20	11	12	13	14	15	16	17
17	18	19	20	21	22	23	21	22	23	24	25	26	27	18	19	20	21	22	23	24
24	25	26	27	28	29	30	28	29	30	31				25	26	27	28	29	30	
31																				

3
dias
8
dias

23
dias

21
dias

7 Independência

OBMEP
- 2ª
Fase

Outubro							Novembro							Dezembro						
D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S
						1			1	2	3	4	5					1	2	3
2	3	4	5	6	7	8	6	7	8	9	10	11	12	4	5	6	7	8	9	10
9	10	11	12	13	14	15	13	14	15	16	17	18	19	11	12	13	14	15	16	17
16	17	18	19	20	21	22	20	21	22	23	24	25	26	18	19	20	21	22	23	24
23	24	25	26	27	28	29	27	28	29	30				25	26	27	28	29	30	31
30	31																			

19
dias

18
dias

10
dias

12 N. S. Aparecida
15 Dia do Professor









2 Finados
15 Proclamação da República
20 Dia Nac. da Consc. Negra

8 Feriado Municipal
19 Emancipação Política do PR
25 Natal

Feriado Municipal	1 dia
Conselho de Classe	4 dias
Reun.ou C.de Clãs.	1 dia
Dias letivos	200

Férias Discentes	
Janeiro	31
Fevereiro	7
Julho	18
Dezembro	13
Total	69

Férias/Recesso/Docentes	
janeiro/férias	30
jan/julho/recesso	14
dez/recesso	13
outros recessos	3
Total	60

	Início/Término		Conselho de Classe
	Planejamento e Replanejamento		Semana Cultural
	Férias		
	Recesso		
	Formação Continuada		
	Reunião Pedagógica (24/05 e 22/09 das 17h 15 às 18h 45)		

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
COLÉGIO ESTADUAL NESTOR DE CASTRO - EFM
SULINA - PARANA
CALENDÁRIO ESCOLAR – 2011 - NOTURNO

Janeiro

D	S	T	Q	Q	S	S
						1
2	3	4	5	6	7	8
9	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22
23	24	25	26	27	28	29
30	31					

1 Dia Mundial da Paz

Fevereiro

D	S	T	Q	Q	S	S
		1	2	3	4	5
6	7	8	9	10	11	12
13	14	15	16	17	18	19
20	21	22	23	24	25	26
27	28					

18 dias

Março

D	S	T	Q	Q	S	S
		1	2	3	4	5
6	7	8	9	10	11	12
13	14	15	16	17	18	19
20	21	22	23	24	25	26
27	28	29	30	31		

20 dias

7 e 8 Carnaval

Abril

D	S	T	Q	Q	S	S
					1	2
3	4	5	6	7	8	9
10	11	12	13	14	15	16
17	18	19	20	21	22	23
24	25	26	27	28	29	30

19 dias

21 Tiradentes

Mai

D	S	T	Q	Q	S	S
1	2	3	4	5	6	7
8	9	10	11	12	13	14
15	16	17	18	19	20	21
22	23	24	25	26	27	28
29	30	31				

22 dias

1 Dia do Trabalho

Junho

D	S	T	Q	Q	S	S
			1	2	3	4
5	6	7	8	9	10	11
12	13	14	15	16	17	18
19	20	21	22	23	24	25
26	27	28	29	30		

20 dias

23 Corpus Christi

OBMEP - 1ª Fase

Julho

D	S	T	Q	Q	S	S
					1	2
3	4	5	6	7	8	9
10	11	12	13	14	15	16
17	18	19	20	21	22	23
24	25	26	27	28	29	30
31						

4 dias

8 dias

Agosto

D	S	T	Q	Q	S	S
	1	2	3	4	5	6
7	8	9	10	11	12	13
14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27
28	29	30	31			

23 dias

Setembro

D	S	T	Q	Q	S	S
				1	2	3
4	5	6	7	8	9	10
11	12	13	14	15	16	17
18	19	20	21	22	23	24
25	26	27	28	29	30	

21 dias

7 Independência
OBMEP
- 2ª
Fase

Outubro

D	S	T	Q	Q	S	S
						1
2	3	4	5	6	7	8
9	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22
23	24	25	26	27	28	29
30	31					

20 dias

12 N. S. Aparecida
15 Dia do Professor

Novembro

D	S	T	Q	Q	S	S
		1	2	3	4	5
6	7	8	9	10	11	12
13	14	15	16	17	18	19
20	21	22	23	24	25	26
27	28	29	30			

19 dias

2 Finados
15 Proclamação da República
20 Dia Nac. da Consc. Negra

Dezembro

D	S	T	Q	Q	S	S
					1	2
3	4	5	6	7	8	9
10	11	12	13	14	15	16
17	18	19	20	21	22	23
24	25	26	27	28	29	30
31						

11 dias

8 Feriado Municipal
19 Emancipação Política do PR
25 Natal

Feriado Municipal	1 dia
-------------------	-------










Férias Discentes	
Janeiro	31

Férias/Recesso/Docentes	
janeiro/férias	30

Conselho de Classe	4 dias
Reun.ou C.de Clas.	1 dia
Dias letivos	200

Fevereiro	7
Julho	18
Dezembro	13
Total	69

jan/julho/recesso	14
dez/recesso	13
outros recessos	3
Total	60

	Início/Término		Conselho de Classe (Contraturno)
	Planejamento e Replanejamento (Contraturno)		Semana Cultural
	Férias		Reposição de carga horária
	Recesso		
	Formação Continuada		
	Reunião Pedagógica (Contraturno)		

25. Critérios para Organização e Utilização dos Espaços Educativos

O Colégio Estadual Nestor de Castro possui um espaço razoável para o desenvolvimento de suas atividades pedagógicas, administrativas e recreativas, distribuído da seguinte maneira: seis salas de aulas e uma sala de apoio, um saguão que é também o rol de entrada e serve para reuniões, apresentações, realização de atividades recreativas, aulas extra-classe e também para o lanche dos alunos. Uma quadra de esporte, que foi reformada no ano de 2006 e 2007 e recebeu uma cobertura, o que favorece as aulas de Educação Física nos dias de chuva, frio e sol quente. Uma biblioteca com um acervo razoável, tendo recebido alguns livros novos no ano de 2005 e 2006, resultado de doações da SEED e do empenho da Direção, professores e alunos na venda de rifas para adquirir mais alguns exemplares. Mesmo assim a biblioteca precisa de mais livros de leitura e de pesquisa. A sala de informática foi montada através do Paraná Digital. Acredita-se que a sala de informática venha contribuir muito para o aprendizado dos alunos, já que demonstram bastante interesse por esta tecnologia. O laboratório está sendo reativado, depois de um período que esteve sem uso, por falta de produtos químicos e também um microscópio que foi adquirido no ano de 2006, também com a colaboração dos alunos, professores, direção e comunidade. A sala de hora atividade funcionava na biblioteca, por falta de espaço específico. A secretaria funcionava no bloco superior do Colégio, mas com a implantação do Projeto Paraná Digital, ela desceu para o segundo bloco, onde antes funcionava a biblioteca, que também mudou de lugar. No bloco superior também está a cozinha que é bem ampla, arejada e bem equipada. Ao lado fica o depósito de alimentos, onde fica armazenado a merenda escolar, em condições adequadas a sua conservação. A merenda é complementada por uma grande variedade

de verduras e legumes que são produzidos na horta da escola. Banheiro tem em número suficiente, nos dois blocos e na sala dos professores. Corredores, calçadas e escadaria, ocupam um grande espaço no Colégio, inclusive as escadarias dificultam bastante o acesso entre os blocos, pois se torna cansativo subir e descer várias vezes ao dia, principalmente para os professores e equipe administrativa.

A distribuição de aulas é realizada conforme legislação vigente da SEED, Resolução Nº. 196/2009 - GS/SEED, que regulamenta o processo de distribuição de aulas nos estabelecimentos de ensino da Rede Estadual de Educação Básica, de Educação de Jovens e Adultos, de Educação Profissional, de Educação Especial e estabelecer as normas para a distribuição das horas atividade.

26. Critérios para Organização de Turmas e Distribuição por Professor em Razão de Especificidade

As turmas do Ensino Fundamental são organizadas no período matutino e vespertino, sendo uma turma de cada série em cada período dando preferência ao turno de acordo com a oferta do transporte escolar, procurando equiparar o número de alunos entre as duas turmas da mesma série. O número de alunos varia de 45 a 60 alunos por série, porém divididos entre as duas turmas. O transporte escolar atende a todas as comunidades do município. Não possuímos alunos portadores de necessidades especiais por não existir procura, porém no momento em que este fato ocorrer terão que haver adaptações físicas no prédio escolar para facilitar o acesso e a locomoção destes alunos no estabelecimento.

As turmas dos alunos do Ensino Médio são distribuídas no período diurno e noturno, sendo também uma turma de cada série em cada período. Esses alunos também utilizam o transporte escolar e podem optar pelo período que mais lhes convém. Alguns desses alunos trabalham no comércio e estudam no período noturno. Os alunos das localidades de Sede Ouro, Linha Paca, Linha Panorama e Barra do Erva recebem transporte escolar gratuito no período noturno. São alunos que auxiliam os pais no trabalho da lavoura.

O número de alunos do Ensino Médio varia de 50 a 80 alunos divididos entre as duas turmas de cada série.

A oferta das turmas do Ensino Médio no período diurno leva em consideração a disponibilidade de salas de aula e o favorecimento do maior número de alunos ao transporte escolar.

A distribuição dos professores por turmas se dá em razão de seu padrão e de sua formação acadêmica, através das Diretrizes da SEED.

27. Diretrizes para a Avaliação de Desempenho do Pessoal Docente e não Docente; do Currículo, das Atividades Extra – Curriculares e do Projeto Político – Pedagógico.

O Colégio Estadual Nestor de Castro – EFM utiliza-se do conjunto de diretrizes para a Avaliação Institucional da Rede Estadual de Educação, tendo como propósito central uma avaliação crítica, significativa e transformadora. Crítica porque vai além da descrição da realidade e um esforço de compreensão desta. Significativa porque deve trazer os sentidos de se fazer educação pública. Transformadora por que compromete as pessoas que participam do processo educacional em melhorá-lo continuamente.

O processo de avaliação carrega em si uma força transformadora que deve ser reconhecida, mobilizada e explorada. A natureza das ações de descrever atribuir valor, analisar, levantar hipótese, compreender, inerentes ao ato de avaliar, traz consigo o primeiro passo das transformações a serem realizadas. Quando se compreende o problema, as soluções se iluminam. O entendimento do objeto estudado e avaliado é, pois a ação propulsora de sua transformação.

O processo de avaliação não pode estar desvinculado da função social que a educação cumpre frente a sociedade e da função social da escola frente a sua comunidade, uma avaliação processual, evolutiva e participativa que siga o caminho do aperfeiçoamento contínuo da própria avaliação e que subsidia o aperfeiçoamento da gestão educacional.

A avaliação deve partir das informações existentes, com os instrumentos que se dispõe no momento e principalmente com a participação ampliada da comunidade escolar. Mais importante que o aparato metodológico e instrumental é a disposição para avaliar e ser avaliado, para interpretar as informações, para analisar suas causas e

efeitos, para dar valor e significado aos fatos e, a cima de tudo, em decorrência dos resultados da avaliação, ter a disposição para mudar o que deve ser mudado, aperfeiçoar o que deve ser aperfeiçoado e construir o que deve ser construído.

Uma avaliação responsável e consequente, apropriada por todos que participam direta ou indiretamente do processo educacional de maneira a ser utilizada para aperfeiçoá-lo sistematicamente.

Uma avaliação abrangente e articulada que envolva todas as dimensões da escola. A avaliação deve abordar o todo e suas partes, ser abrangente o suficiente para situar as determinações do contexto maior e flexível o suficiente para resgatar, proteger e preservar as identidades dentro da totalidade.

Uma avaliação formativa e emancipadora, que vai além dos aspectos quantitativos e de controle.

Avaliar é descrever, mensurar, estabelecer critérios, comparar, atribuir valor, julgar e principalmente, analisar, compreender, desvelar, descobrir, pesquisar, estabelecer co-relações, ampliar a visão, aprofundar questões, dialogar, construir significados para os sujeitos e para a coletividade.

Caberá a todos os envolvidos na avaliação acreditar no seu poder transformador e garantir o caráter educativo, formativo e emancipador neste processo, partindo do pressuposto básico de que o conhecimento traz autonomia, emancipa o homem e encoraja o compromisso com as transformações que são percebidas como necessárias.

A avaliação de desempenho do pessoal discente e não discente é realizada a partir do momento que o Núcleo de Educação, recebe da Secretaria de Estado da Educação – Grupo de Recursos Humanos Setorial - Ofício comunicando todos os interessados e que participarão do processo de Progressão. Essa progressão está regulamentada pela Resolução nº. 2467/06, que dispõe sobre a pontuação dos eventos e/ou qualificação profissional do professor da Rede de Educação do Estado do Paraná.

Partindo da leitura e compreensão do disposto na resolução os professores e funcionários são avaliados por uma comissão formada pelo diretor, pedagogo, professor e funcionário que atuam no mesmo horário. Tudo é devidamente registrado em ata e na presença interessado que será avaliado devidamente assinado por todos os presentes. Esta avaliação é realizada por semestre para funcionários efetivos. Cada qual é avaliado

pela assiduidade, pontualidade, participação e produtividade. Essa avaliação conta pontos para sua progressão no plano de carreira conforme interstício de concurso de cada um.

Os funcionários que não concordam com sua avaliação, deverão tomar ciência da avaliação e formalizar o pedido de revisão, que é de 30 dias.

28. Intenção de Acompanhamento aos Egressos

A educação na Legislação Brasileira é concebida como um direito fundamental universal inalienável e um instrumento de formação ampla na luta pelos direitos da cidadania e pela emancipação social. Nessa perspectiva, a educação se compromete com a formação integral do ser humano, alcançando todas as dimensões de sua relação com a sociedade. (Jolinda de Moraes Alves)

Educar é transformar. A transformação passa pelo sujeito e também pelas relações dentro da escola. Se sonharmos com uma sociedade humana onde todos sejam cidadãos e tenham voz ativa, então é preciso transformar.

Evasão escolar é quando o aluno se evade, deixa um espaço e uma oportunidade que lhe foi oferecida por motivos pessoais ou familiares. Ele é responsável pela evasão e pelos efeitos sociais que lhe acarretará ao longo da luta pela sobrevivência. (Marli/Frisohv)

O Colégio Estadual Nestor de Castro EFM, faz o acompanhamento dos egressos através do FICA (“Programa de Mobilização para a inclusão escolar e valorização da vida”). A luta pela permanência do aluno na escola, também é feita através de visitas às famílias pela Direção, conversa com os pais no Colégio, conversa com os alunos que querem desistir ou não se esforçam para alcançar os objetivos da aprendizagem necessária para prosseguir.

Existem algumas causas extra-escolares que contribuem para a evasão como: o abandono e desinteresse dos pais faltam de condições econômicas da família, ausência de valores morais e desorganização da família, desnutrição, alimentação insuficiente, desinteresse, falta de esforço dos alunos, falta de condições intelectuais do aluno.

Existem também causas intra-escolares como:- atividades inadequadas e preconceituosas do professor em relação às crianças e adolescentes “fora do padrão

escolar”;

-Inadequação de currículos e programas ao ritmo de aprendizagem dos alunos.

-Falta de recursos humanos e materiais na escola para dar a devida assistência aos alunos.

-Inadequação de métodos de ensino à realidade e às características de aprendizagem dos alunos.

-Insuficiência e má administração do tempo que os alunos passam na escola;

-Inadequação dos conteúdos curriculares aos valores culturais e sociais da família e do retorno do aluno.

A escola precisa cuidar da educação de seus educandos, não permitir que muitos sejam excluídos já nos primeiros anos pela reprovação.

O Colégio Estadual Nestor de Castro EFM, mantém-se alerta na questão dos egressos, buscando resolver estes problemas com objetivo de garantir ao aluno seu acesso e permanência nesta escola.

Os alunos do 3º ano, todos participam do ENEM e o Colégio incentiva e apoia os estudantes em vestibulares.

Como o município de Sulina é pequeno, os professores e alunos são da comunidade, todos ficam sabendo dos resultados obtidos pelos alunos, onde estão estudando e trabalhando, depois que saem desta escola.

29. Práticas Avaliativas

A avaliação esta presente em nossa prática e em nosso cotidiano. As crianças já avaliam suas relações com a realidade social, seguindo as referencias culturais de sua vivência.

A avaliação tem uma função diagnóstica, que deve ser permanente e contínua. De caráter diagnóstica, deve oportunizar e obter informações necessárias sobre o desenvolvimento da prática pedagógica para a intervenção e reformulação desta prática e dos processos de aprendizagem. É um processo constante de repensar a prática educacional, em todos os segmentos.

Através da avaliação o aluno toma conhecimento dos resultados de sua aprendizagem e organiza-se para as mudanças necessárias.

Cabe a nós educadores, buscar uma avaliação que contribua efetivamente para a formação integral do educando e possibilite sua participação na sociedade com direito a cidadania.

Os critérios de avaliação explicitam as expectativas de aprendizagem, considerando objetivos e conteúdos propostos, as particularidades de cada momento da escolaridade e as possibilidades de aprendizagem decorrente de cada etapa do desenvolvimento cognitivo, afetivo e social em uma determinada situação, na qual os alunos tenham condições de desenvolvimento do ponto de vista pessoal e social.

Os critérios de avaliação apontam as experiências educativas que os alunos devem ter acesso e que são consideradas essenciais para o seu desenvolvimento e socialização. Nesse sentido, eles devem refletir de forma equilibrada os diferentes tipos de capacidades e as três dimensões de conteúdos (conceitos, procedimentos e atitudes), e servir para encaminhar programação e as atividades de ensino e aprendizagem.

29.1 Avaliação Formativa

A avaliação formativa não tem como objetivo classificar ou selecionar.

Fundamenta-se nos processos de aprendizagem, embasada em aprendizagens significativas e funcionais que se aplicam em diversos contextos e se atualizam o quanto for preciso para que se continue a aprender.

Este enfoque tem um princípio fundamental: deve-se avaliar o que se ensina, encadeando a avaliação no mesmo processo de ensino-aprendizagem.

Somente neste contexto é possível falar em avaliação inicial (avaliar para conhecer melhor o aluno e ensinar melhor) e avaliação final (avaliar ao finalizar um determinado processo didático). Se a avaliação contribuir para o desenvolvimento das capacidades dos alunos, pode-se dizer que ela se converte em uma ferramenta pedagógica, em um elemento que melhora a aprendizagem do aluno e a qualidade do ensino.

29.2 O Sentido e a Finalidade da Avaliação Devem Ser:

- Conhecer melhor o aluno: suas competências curriculares, seu estilo de

aprendizagem, seus interesses, suas técnicas de trabalho. A isso poderíamos chamar de avaliação inicial;

- Constatar o que está sendo aprendido: o professor vai recolhendo informações, de forma contínua e com diversos procedimentos metodológicos e julgando o grau de aprendizagem, ora em relação à todo grupo-classe, ora em relação a um determinado aluno em particular.
- Adequar o processo de ensino aos alunos como grupos e àqueles que apresentam dificuldades, tendo em vista os objetivos propostos.
- Julgar globalmente um processo de ensino-aprendizagem: ao término de uma determinada unidade, por exemplo, se faz uma análise e reflexão sobre o sucesso alcançado em função dos objetivos previsto e revê-los de acordo com os resultados apresentados.

29.3 A Partir Destas Finalidades a Avaliação Deverá ter as Seguintes

Características:

- A avaliação deve ser contínua e integrada ao fazer diário do professor: o que nos coloca que ela deve ser realizada sempre que possível em situações normais, evitando a exclusividade das situações de provas, na qual o aluno é medido somente naquela situação específica, abandonando-se tudo aquilo que foi realizado em sala de aula antes da prova. A observação, registrada, é de grande ajuda para o professor na realização de um processo de avaliação contínua.
- A avaliação será global: quando se realiza tendo em vista as várias áreas de capacidades do aluno: cognitiva, motora, de relações interpessoais, de atuação etc. e, a situação do aluno nos variados componentes do currículo escolar.
- A avaliação será formativa: se concebida como um meio pedagógico para ajudar o aluno em seu processo educativo.

Aspectos do desenvolvimento da avaliação formativa:

- Planejamento da avaliação;
- Auto-avaliação pelo aluno;

- Auto-estima dos alunos;
- Procedimentos variados de avaliação.

Planejamento da avaliação:

- O planejamento da avaliação e o plano que dele resulta, são feitos pelo grupo de profissionais da educação que atua na escola;
- Diretrizes gerais são necessárias, devem existir critérios específicos que atendam à natureza particular de cada disciplina;
- O que avaliar? Tudo? Impossível avaliar “tudo”, impossível aprender “tudo”;
- É preciso ficar claro que o que se está avaliando é o desempenho do aluno e não a sua pessoa.
- Selecionam-se e avaliam-se os conteúdos (informações, capacidades, habilidades e atitudes) considerados fundamentais para o prosseguimento dos estudos;
- Fazem parte do planejamento da avaliação:
 - Avaliação informal: juízo geral sobre o aluno (comentários, elogios, encorajamentos, etc.).
 - Avaliação formal: prática explícita de avaliações (provas testes, produções de vários tipos) utilizando vários tipos de linguagens.

Auto avaliação pelo aluno:

É inevitável a vinculação da avaliação formativa à auto-avaliação pelo aluno (Black e William 1998, P.143).

- Os alunos somente conseguem se avaliar se tiverem ideia clara dos objetivos da sua aprendizagem.
- Sua própria avaliação gera reflexão sobre a aprendizagem, portanto a auto-avaliação é componente essencial da avaliação formativa. Utilizá-la porque é “moda” ou porque “fica bem” não faz sentido.
- A auto-avaliação que se quer combinada à avaliação formativa articula-se ao trabalho pedagógico desenvolvido em parceria professor/aluno. É usada continuamente pelo aluno e pelo professor e seus resultados destinam-se à melhoria da aprendizagem do aluno e desenvolvimento do trabalho.

Auto-estima dos alunos.

É necessária a instalação da cultura do sucesso, baseada na crença de que todos podem aprender.

O trabalho do professor não se encerra quando ele explica ao aluno o que ainda falta aprender, mas continua orientando-o em suas produções, com vista ao seu avanço e não ao alcance da “nota que dá para passar”.

Procedimentos variados de avaliação

Penerroud (1979, p. 122) considera-se necessária reinventar a avaliação formativa. O professor deve ter os meios de construir seu próprio sistema de observação, de interpretação e de intervenção, em função de sua concepção pessoal de ensino, dos objetivos do contrato didático, do trabalho escolar.

Exemplos:

Testes escritos

Prova de resposta curta, de resposta aberta, de múltipla escolha, de verdadeiro e falso, de relacionar a 1ª coluna com a 2ª, produção de textos e outras variantes.

Testes em duas fases

Testes escritos e feitos em sala de aula com ou sem consulta ao material e em um período de tempo. Depois de o professor fazer uma apreciação e dar umas pistas e sugestões, o aluno retoma em casa, durante mais algum tempo para melhorar ou desenvolver o trabalho.

Relatórios

De experiência, de projeto, de passeio, de visita, de leitura de livro, de filme, de artigo, de jornal, de internet ou outros.

Tarefas orais

Apresentações em grupo, individual, com ou sem sorteio, debates em plenário, respostas dadas a questões levantadas em sala de aula, perguntas feitas durante a aula, etc.

Desenho, cartaz, maquete, imagem, etc.

O aluno faz um desenho, cartaz com colagens ou uma maquete que representa o conteúdo trabalhado naquele período. O professor analisa a coerência com o que foi estudado.

Observação de trabalhos.

Enquanto o aluno trabalha em grupo ou individualmente, os passos que segue, os caminhos que toma, as contribuições para o andamento da aula, etc.

Entrevistas

Diálogo entre o professor e o aluno para obter informações sobre o que aprendeu em um determinado período ou ver como está o trabalho docente. Elas podem ocorrer durante ou depois de um aluno ter respondido questões, ter feito um trabalho ou um texto.

Diário de classe

As anotações que nos dão a idéia de: estratégias, percepções, atitudes, disciplina, organização, cooperação, conduta do aluno em relação à disciplina.

Rubricas

Uma rubrica é um sistema de classificação pelo qual o professor determina a que nível de proficiência um aluno é capaz de desempenhar uma tarefa ou apresentar/evidenciar conhecimento de um conteúdo/conceito.

Tabela de atitudes

Avalia a pontualidade na entrega dos trabalhos, organização e cuidado com seu material, participação em sala ou fora dela, atrasos, leitura, etc.

Avaliação relâmpago

Efetuada sempre ou quase sempre ao final de uma aula, algo em torno de 10 minutos, com uma ou mais questões, problema ou exercícios sobre o tema daquela aula ou das últimas aulas.

Projetos

De construção de mapas ou maquetes, de pesquisa individual ou em grupo, de viagem de conhecimento, etc.

Mapas conceituais

Os mesmos possuem por objetivo representar relações significativas entre conceitos em forma de proposições. Há sucessivos passos para sua elaboração, que são: identificar os conceitos e ordená-los, começando pelo geral até os específicos, acrescentado exemplos e outros.

Pesquisas

Pesquisa sobre autores, acontecimentos, conteúdos, etc. Pesquisa feita em

livros, revistas, documentos, Internet, etc., realizada individual ou em grupo.

Portfólios

Uma espécie de pasta onde o aluno põe seus relatórios, testes, trabalhos de casa, reflexões, apontamentos, ou seja, toda forma de trabalho efetuado em sala ou fora dela.

Auto-avaliação

Avaliação pelo próprio aluno, com ideia clara dos objetivos de sua aprendizagem.

A mudança de procedimentos de avaliação não consiste somente em mudar os métodos ou instrumentos de avaliação que se utilizam, mas a filosofia subjacente que se reflete no uso da informação. Pensemos que os instrumentos somente nos dão dados, o que fazer com eles, decidimos nós professores (Serradó y Azcárate, 2005).

Uma adequada avaliação do processo de ensino e aprendizagem deveria tratar não somente de descrever o que se passou em termos de seu resultado, mas sim também valorar e, em última instância, remediar os erros e as dificuldades apresentadas (Serrado y Azcárate, 2005).

Não há nenhuma mudança no ensino se não houver nenhuma mudança na ideia e desenvolvimento da avaliação (Rico 1997).

É necessário sintonizar o processo de avaliação com a finalidade do objeto avaliado. O processo educacional desenvolvido neste Colégio, busca dentre outras, algumas finalidades comuns como: constituir significado ao conhecimento científico e cultural existente; contribuir para a formação de cidadãos críticos, autônomos e socialmente participativos, trabalha na perspectiva da formação integral envolvendo os aspectos cognitivos, emocionais e de sociabilidade; estimular a atitude investigativa e de pesquisa.

A avaliação deve ser entendida como um dos aspectos do ensino pelo qual o professor estuda e interpreta os dados da aprendizagem e de seu próprio trabalho com as finalidades de acompanhar e aperfeiçoar o processo de aprendizagem dos alunos, bem como diagnosticar seus resultados e atribuir-lhes valor.

A avaliação do aproveitamento escolar deverá incidir sobre o desempenho do aluno em diferentes situações de aprendizagem.

A avaliação utilizará técnicas e instrumentos diversificados.

Para efeito de cálculo da média bimestral, será adotado o seguinte critério: a somatória de várias atividades (no mínimo 3).

Todas as disciplinas terão que aplicar no mínimo três avaliações com peso 10,0 (dez), as quais serão somadas e divididas pelo número de avaliações realizadas, a fim de se obter a média bimestral, caso o aluno não atingir a média (6,0) será feita a recuperação paralela.

Serão considerados aprovados os alunos que apresentarem ao final do ano letivo, frequência igual ou superior a 75%, sobre o total da carga horária e rendimento igual ou superior a Média 6,0.

O uso dos resultados da avaliação deverá permitir ao estabelecimento de ensino promover a reformulação do currículo com adequação dos conteúdos e métodos de ensino, visando à melhoria qualidade de ensino.

RECUPERAÇÃO PARALELA

Estudos paralelos de recuperação consistem em momentos planejados e articulados ao andamento dos estudos no cotidiano da sala de aula (Hoffmann, 2001).

“O aluno que não aprende não pode ser empurrado, mas bem cuidado, de tal forma que possa resgatar suas oportunidades”. (Demo, p.27).

A recuperação de estudos é parte do trabalho escolar em que se aprendem os conteúdos necessários ao desenvolvimento das atividades subsequentes. Esse é um direito de todos os alunos .

Como a LDB possibilita às escolas elaborarem e executarem sua proposta pedagógica (artigo 12, inciso I), com a participação dos docentes (artigo 12, inciso I), espera-se que os estudos de recuperação sejam nela inseridos segundo a função formativa da avaliação.

Quando o rendimento do aluno for insuficiente em determinada disciplina, a recuperação de conteúdos será feita paralelamente, sendo que o professor usará técnicas e metodologias diferenciadas que favoreçam o aprendizado do aluno, para que este possa acompanhar o ritmo de seus colegas de turma e adquirir os conhecimentos prévios para continuar o processo de aprendizagem dos conteúdos previstos no currículo.

A recuperação paralela deverá acontecer em sala de aula, oferecida para todos os alunos

da turma, o aluno terá oportunidade de recuperar os conteúdos e também a nota. Esta recuperação se fará através de uma avaliação, que será realizada no final do bimestre e considerar-se-á como média bimestral a maior nota. O professor poderá organizar atividades cooperativas entre os alunos. Os que assimilaram bem o conteúdo podem ajudar os seus colegas com dificuldades, realizar atendimento individualizado na hora atividade, quando se fizer necessário.

A recuperação dos conteúdos será organizada com atividades significativas por meio de procedimentos didáticos- metodológico diversificado.

O aluno terá oportunidade de recuperar os conteúdos e também a nota. Esta recuperação de nota se fará através de uma avaliação, que será realizada no final do bimestre e considerar-se-á como média a maior nota.

Todos os procedimentos de avaliação e recuperação paralela devem ser devidamente registrados no Livro de Registro de Classe, com data, peso, conteúdo e metodologia utilizada.

As especificidades de cada disciplina deverão estar contempladas na Proposta Curricular e no Plano Docente do Professor, com a orientação e coordenação da equipe pedagógica.

Após a recuperação paralela, a maioria dos alunos deverá atingir a média 6,0, caso contrário o professor da disciplina com deficiência, juntamente com a equipe pedagógica, deverão traçar novas estratégias de recuperação, para que a maioria dos alunos atinja no mínimo a média 6,0.

A adaptação é aplicada quando ao comparar o quadro curricular do aluno vê-se a necessidade da complementação do estudo. Assim o professor responsável pela disciplina elabora um plano próprio contendo um conjunto de atividades didático-pedagógicas desenvolvidas durante o período letivo, sem prejuízo das atividades normais da série, em que o aluno se matricular para que possa seguir, com proveito, o novo currículo.

A classificação é o procedimento que o Estabelecimento adota para posicionar o aluno em série, fase, período, ciclo ou etapa compatível com a idade; tem caráter pedagógico centrado na aprendizagem, Pode ser realizada por promoção (para alunos que cursaram com aproveitamento a série anterior na própria escola); por transferência (para candidatos procedentes de outras escolas, país ou exterior);

independente da escolarização anterior, mediante avaliação feita pela escola, documentada, pelo professor ou equipe pedagógica.

O aluno oriundo de país estrangeiro que não apresentar documentação escolar e condições imediatas para a classificação será submetido à avaliação, elaborada pelo professor e equipe pedagógica, procedendo assim a reclassificação; para dar prosseguimento aos seus estudos.

A avaliação deve possibilitar novas alternativas para o planejamento do estabelecimento de ensino e do sistema de ensino como um todo.

30. Considerações Finais

A educação está na pauta das discussões mundiais. Cada vez mais e em diferentes lugares do mundo, discute-se o papel essencial que ela desempenha, no desenvolvimento das pessoas e da sociedade.

Neste início de milênio, as importantes descobertas e os progressos científicos da humanidade, convivem com o desencantamento e a desesperança, alimentados por problemas que vão do aumento do desemprego e do fenômeno da exclusão, inclusive nos países ricos, à manutenção dos níveis de desigualdade, de desenvolvimento nos diferentes países.

A necessidade de que a educação trabalhe a formação ética dos alunos está cada vez mais evidente. A escola deve assumir-se como espaço de vivência e de discussão dos referenciais éticos.

Diante dessa conjuntura, há uma expectativa da sociedade brasileira, para que a educação se posicione na linha de frente da luta contra as exclusões, contribuindo para a promoção e integração de todos os brasileiros, voltando-se à construção da cidadania, não como meta a ser atingida num futuro distante, mas com prática efetiva.

A sociedade demanda uma educação de qualidade que garanta as aprendizagens essenciais.

O Colégio Estadual Nestor de Castro EFM, atua com competência, buscando oferecer uma educação que atenda as necessidades básicas dos seus educandos e as expectativas da sociedade.

REFERÊNCIAS:

ANDERY, Maria Amália. **Olhar para a história: caminho para a compreensão da ciência de hoje. Para compreender a ciência: uma perspectiva histórica.** Rio de Janeiro. Espaço e Tempo. São Paulo: Educ., 1988, p.11-18.

APOSTILA. **O que são realmente dificuldades de aprendizagem.**

ARCAFAR-SUL. Casas **Familiares Rurais: O que você precisa saber para levar esta idéia até sua comunidade – material de divulgação.** Barracão: Arcafar-sul, 2000.

CADERNOS TEMÁTICOS. **Educação Escolar Indígena.** Curitiba: SEED-PR, 2008.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e Realidade.** Porto Alegre, 18-2: 63-189, jul/dez, 1994.

GADOTTI, Moacir. **Pensamento Pedagógico Brasileiro.** São Paulo, Ótica, 1985.

GUSSO A. Mari...[et al] organizadores: **Ensino Fundamental de Nove Anos: orientações pedagógicas para os anos iniciais.** Curitiba, PR.

KUENZER, A.Z. **Pedagogia da Fábrica: As relações de Produção e a Educação do Trabalhador.** São Paulo: Cortez, 1985.

LIBÂNEO, José Carlos. **Democratização da Escola Pública.** São Paulo, Loyola, 1985.

MACHADO, A.B. **Reflexões Sobre a Organização do Processo de Trabalho na Escola.** Belo Horizonte: jul/1989, p. 27-31.

MARTINS, R.B. **Educação Para a Cidadania Campinas.** Papirus: SP 1998, p. 49-73.

MEC/SEF, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: introdução aos parâmetros curriculares nacionais.**

OLIVEIRA, Inês B. **A Democracia no Cotidiano da Escola**. Rio de Janeiro: DP&SEPE, 1999, p. 11-33.

PCN, **Ensino Médio**.

PINTO, A.A. **Conceito da Educação**. São Paulo, Cortez, 1994.

PRÓ-LETRAMENTO. **Programa de Formação Continuada de Professores dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental**. SEB – Secretaria de Educação Básica. Brasília – DF – Brasil.

REVISTA. **Educação Especial**. V.5 nº2 julho/dezembro 2010.

REVISTA. **Gestão em Rede**. Nº54.

SAVIANI, Demerval. **Escola e Democracia**. São Paulo. Cortez, 1985.

SAVIANI, Demerval. **Pedagogia Histórico-Crítico**. São Paulo. Cortez: autores associados, 1992, p. 19-30.

SEVERINO, A.J. **Educação Produção do Conhecimento e a Função Social da Escola**. In Revista Idéias, FDE, nº24, São Paulo, 1994.

SILVA, Lourdes Helena (2008). **Educação do Campo e Pedagogia da Alternância. A Experiência Brasileira**. Revista de Ciências da Educação, 5, PP. 105-112. Consultado em Fevereiro de 2010 em <http://sisifo.fpce.ul.pt>.

SILVA, Sônia Aparecida Ignácio. **Valores em Educação**. Petrópolis, Vozes, 1986.

SNYDERS, Georges et alli. **Corrente Atuais da Pedagogia**. Lisboa. Livros Horizonte, 1984.

VEIGA, I.P.A. **Uma Construção Possível**. Campinas, SP. Papyrus, 1995, p. 11-35.

XEROX, Apostila. **O Raciocínio e o Entretenimento**. Instrução, nº13/04 – Die/Seed.

ANEXOS

